

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA NACIONAL

TÍTULO I **Da Sessão Constitutiva**

Artigo 1.º

Data da Sessão

1. No 30.º dia subsequente à publicação dos resultados eleitorais no Diário da República, a Assembleia Nacional reúne-se, por direito próprio, na sua sede, para a abertura da legislatura.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, até ao 8.º dia anterior a data prevista para a reunião, a Secretaria-Geral da Assembleia Nacional dará do facto conhecimento aos eleitos, a todos fornecendo os elementos de informação necessários à sua efectiva participação na mesma.

Artigo 2.º

Presidência da sessão

Assumirá a direcção dos trabalhos o Presidente cessante, e na sua falta e sucessivamente, o primeiro Vice-Presidente ou o segundo Vice-Presidente, se reeleitos Deputados. Na falta destes, a Presidência será ocupada pelo eleito mais idoso.

Artigo 3.º

Mesa provisória

Aberta a sessão, o Presidente convidará dois eleitos mais jovens, presentes na sala, para integrarem a Mesa provisória que dirigirá os trabalhos até à eleição definitiva do Presidente e dos demais membros da Mesa da Assembleia Nacional.

Artigo 4.º

Comissão de verificação de poderes

1. Constituída a Mesa provisória, proceder-se-á à eleição de uma Comissão de Verificação de Poderes, para o acto de investidura, integrada por representantes de todos os partidos presentes na Assembleia.

2. A Comissão de Verificação de Poderes é constituída por um mínimo de 5 e um máximo de 10 Deputados, e a sua composição deverá corresponder às relações de voto dos partidos representados na Assembleia Nacional.

Artigo 5.º
Suspensão da sessão

1. Eleita a Comissão de Verificação de Poderes, o Presidente da Mesa provisória procederá a recolha dos processos de apuramento geral das eleições, entregando-os, de seguida, àquela Comissão para análise e parecer.
2. Feita a entrega, o Presidente suspenderá a sessão pelo tempo necessário à análise dos processos e elaboração do parecer.

Artigo 6.º
Verificação de poderes

A análise a que se refere o n.º 2 do artigo anterior consiste na apreciação da regularidade formal dos mandatos e na apreciação da elegibilidade dos eleitos cujos mandatos não sejam impugnados por facto que tenha sido objecto de decisão judicial com trânsito em julgado.

Artigo 7.º
Impugnação

1. Qualquer Deputado pode exercer o direito de impugnação de mandato até ao encerramento da discussão do parecer da comissão.
2. Deputado cujo mandato seja impugnado tem o direito de defesa perante a Comissão de Verificação de Poderes ou, após a dissolução desta, perante a comissão a que for atribuída esta competência, e perante o Plenário e exerce as suas funções até a deliberação definitiva deste, que deverá ser tomada por sufrágio secreto.
3. Prazo para instrução, no caso de ter havido impugnação, não pode exceder 30 dias, improrrogáveis.

Artigo 8.º
Proclamação solene dos Deputados

Apresentado o relatório ao plenário e sendo aprovado por este, o Presidente da Mesa provisória proclamará Deputados os eleitos cujos mandatos forem considerados válidos e dará conhecimento à Assembleia de eventuais reclamações ou recursos existentes, com indicação dos Deputados por eles afectados.

Artigo 9.º
Eleição da Mesa definitiva

1. Proclamados os Deputados, proceder-se-á à eleição do Presidente e dos demais membros da Mesa.
2. A eleição do Presidente faz-se nos termos dos artigos 25.º e 26.º e a dos restantes membros da Mesa nos termos dos artigos 34.º e 35.º.

Artigo 10.º
Constituição da Mesa

Eleitos o Presidente e os demais membros da Mesa, os mesmos ocuparão os respectivos lugares na Assembleia.

Artigo 11.º

Compromisso de honra

O Presidente, em primeiro lugar, seguido dos restantes membros da Mesa e depois por todos os Deputados, prestarão juramento legal, nos termos do artigo 69.º da Constituição.

Artigo 12.º
Declaração da constituição da Assembleia Nacional

Prestado o compromisso de honra, o Presidente declarará constituída a Assembleia Nacional.

Artigo 13.º
Fim da sessão constitutiva

1. Constituída a Assembleia, o Presidente dará por finda a sessão constitutiva.
2. Presidente dará conhecimento do facto ao Presidente da República e ao Governo e mandará publicar no Diário da República a relação dos Deputados investidos no mandato.

TÍTULO II
Deputados e Grupos Parlamentares

CAPÍTULO I
Deputados

SECÇÃO I

Mandato

Artigo 14.º

Início e termo do mandato

1. O mandato dos Deputados inicia-se com a primeira reunião da Assembleia Nacional após as eleições e cessa com a primeira reunião após as eleições subsequentes, sem prejuízo da suspensão ou da cessação individual do mandato.
2. O preenchimento das vagas que ocorrem na Assembleia, bem como a substituição temporária dos Deputados por motivo relevante, são regulados pela lei eleitoral.

Artigo 15.º

Suspensão, substituição e renúncia

A suspensão do mandato, a substituição de Deputado e a renúncia ao mandato efectuem-se nos termos do estatuto dos Deputados e demais legislação aplicável.

Artigo 16.º

Perda do mandato

1. A perda do mandato verifica-se:
 - a) Nos casos previstos no Estatuto dos Deputados;
 - b) Quando o Deputado não tome assento na Assembleia até a quinta reunião ou deixe de comparecer a nove reuniões consecutivas do Plenário, salvo por motivo justificado.
2. A perda do mandato é declarada pela Mesa, em face do conhecimento comprovado de qualquer dos factos referidos no número anterior, precedendo parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.
3. A decisão da Mesa é notificada ao interessado e publicada no Diário.
4. Deputado posto em causa tem o direito de ser ouvido e de recorrer para o Plenário nos 10 dias subsequentes, mantendo-se em funções até a deliberação definitiva deste, por escrutínio secreto.
5. Qualquer outro Deputado tem igualmente o direito recorrer no mesmo prazo, mediante requerimento escrito e fundamentado que é publicado no Diário.

6. Plenário delibera sem debate prévio, tendo o Deputado posto em causa o direito de usar da palavra nos termos do artigo 97.º.

SECÇÃO II

Poderes e deveres dos Deputados

Artigo 17.º

Poderes dos Deputados

1. Constituem poderes dos Deputados, a exercer singular ou conjuntamente, nos termos do Regimento, designadamente os seguintes:

- a) Apresentar projectos de revisão constitucional;
- b) Apresentar projectos de lei, de resolução e de deliberação;
- c) Apresentar proposta de alteração;
- d) Requerer a apreciação de decretos-lei para efeitos de alteração ou de recusa de ratificação;
- e) Requerer a urgência do processamento de qualquer projecto ou proposta de lei ou de resolução ou de projecto de deliberação, bem como da apreciação de qualquer decreto-lei para efeitos de alteração ou de recusa de ratificação;
- f) Apresentar moções de censura ao Governo;
- g) Participar nas discussões e votações;
- h) Fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública;
- i) Propor a constituição de comissões eventuais;
- j) Propor a realização de audições parlamentares;
- l) Requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos e as informações que considerem úteis para o exercício do seu mandato, assim como publicações oficiais que obedeçam ao referido critério;
- m) Requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito;
- n) Requerer declaração de inconstitucionalidade ou ilegalidade de normas, em conformidade com o disposto no artigo 111.º da Constituição;

o) Discutir todas as questões de interesse nacional.

2. Para o regular exercício do seu mandato, constituem ainda poderes dos Deputados:

a) Tomar lugar nas salas do Plenário e das comissões e usar da palavra nos termos do Regimento;

b) Desempenhar funções específicas na Assembleia;

c) Propor alterações ao Regimento.

Artigo 18.º

Deveres dos Deputados

1. Constituem deveres dos Deputados:

a) Comparecer às reuniões do Plenário e das comissões a que pertençam;

b) Desempenhar os cargos na Assembleia e as funções para que sejam designados, sob proposta dos respectivos grupos parlamentares;

c) Participar nas votações;

d) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos Deputados;

e) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento e acatar a autoridade do Presidente da Assembleia;

f) Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia e, em geral, para a observância da Constituição.

2. A justificação das faltas a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º deve ser apresentada ao Presidente da Assembleia no prazo de cinco dias a contar do termo do facto justificativo.

CAPÍTULO II

Grupos Parlamentares

Artigo 19.º

Constituição

1. Os Deputados eleitos por cada partido, coligação de partidos ou grupos de cidadãos podem constituir-se em grupo parlamentar, não podendo a sua constituição ter lugar com um número inferior a três Deputados.
2. A constituição de cada grupo parlamentar efectua-se mediante comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia, assinada pelos Deputados que o compõem, indicando a sua designação, bem como o nome do respectivo presidente e dos vice-presidentes, se os houver.
3. Qualquer alteração na composição ou presidência do grupo parlamentar é igualmente comunicada ao Presidente da Assembleia.
4. As comunicações a que se referem os números 2 e 3 são publicadas no Diário.

Artigo 20.º **Deputados Independentes**

Os Deputados que não integrem qualquer grupo parlamentar comunicarão o facto ao Presidente da Assembleia Nacional e exercem o seu mandato como independentes.

Artigo 21.º **Organização**

1. Cada grupo parlamentar estabelece livremente a sua organização.
2. As funções de Presidente, Vice-Presidente ou membro da Mesa são incompatíveis com as de presidente de grupo parlamentar.

Artigo 22.º **Poderes e direitos dos grupos parlamentares**

1. Constituem poderes de cada grupo parlamentar:
 - a) Requerer a interrupção da reunião plenária, nos termos do artigo 82.º;
 - b) Promover, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de um debate em cada sessão legislativa sobre assunto de política geral;
 - c) Solicitar à Comissão Permanente que promova a convocação da Participar nas comissões em função do número dos seus membros, indicando os seus representantes nelas;
 - d) Ser ouvido na fixação da ordem do dia e determinar a ordem do dia de um certo número de reuniões, nos termos do artigo 74.º;

- e) Assembleia;
 - f) Requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito;
 - g) Exercer iniciativa legislativa;
 - h) Apresentar moções de rejeição ao Programa do Governo;
 - i) Apresentar moções de censura ao Governo;
 - j) Ser informado, regular e directamente, pelo Governo, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público.
2. O grupo parlamentar constituído por menos de cinco Deputados só pode exercer os poderes previstos na alínea a), na 1.ª parte da alínea b) e na alínea g) do número anterior.
3. Cada grupo parlamentar tem direito a dispor de locais de trabalho na sede da Assembleia, bem como de pessoal técnico e administrativo da sua confiança, nos termos que a lei determinar.

Artigo 23.º

Direito dos grupos parlamentares a serem informados pelo Governo

O direito previsto na alínea j) do artigo anterior é exercido nos termos acordados entre o Governo e os grupos parlamentares.

TÍTULO III **Organização da Assembleia**

CAPÍTULO I **Presidente e Mesa**

SECÇÃO I **Presidente**

DIVISÃO I **Estatuto e eleição**

Artigo 24.º
Presidente da Assembleia Nacional

1. O Presidente representa a Assembleia Nacional, dirige e coordena os seus trabalhos e exerce autoridade sobre todos os funcionários e agentes e sobre as forças de segurança postas ao serviço da Assembleia.
2. O Presidente da Assembleia Nacional substitui interinamente o Presidente da República, nos termos do artigo 80.º da Constituição.

Artigo 25.º
Eleição

1. As candidaturas para Presidente da Assembleia Nacional devem ser subscritas por um mínimo de 10 e um máximo de 20 Deputados.
2. As candidaturas são apresentadas ao Presidente em exercício até dois dias antes da data marcada para a eleição.
3. É eleito Presidente da Assembleia o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efectividade de funções.
4. Se nenhum dos candidatos obtiver esse número de votos, procede-se imediatamente a segundo sufrágio, ao qual concorrem apenas os dois candidatos mais votados que não tenham retirado a candidatura.
5. Se nenhum candidato for eleito, será reaberto o processo.
6. A eleição tem lugar em sessão especialmente convocada para o efeito.

Artigo 26.º
Mandato

1. Presidente é eleito por legislatura.
2. Presidente pode renunciar ao cargo mediante comunicação à Assembleia, tornando-se a renúncia efectiva imediatamente, sem prejuízo da sua ulterior publicação no Diário.
3. No caso de renúncia ao cargo ou cessação do mandato de Deputado, procede-se a nova eleição no prazo de 15 dias.
4. A eleição de novo Presidente é válida pelo período restante da legislatura.

Artigo 27.º
Substituição

1. Presidente é substituído nas suas faltas ou impedimentos por cada um dos Vice-Presidentes.
2. Em caso de doença ou impedimento oficial de duração superior a sete dias, o Presidente é substituído pelo Vice-Presidente da Assembleia, do partido a que pertence o Presidente, ou pelo Vice-Presidente que o Presidente indicar.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a cada Vice-Presidente cabe assegurar as substituições do Presidente por um período correspondente ao quociente da divisão do número de mesa da sessão legislativa pelo número de Vice-Presidentes.
4. Para efeitos do número anterior, os Vice-Presidentes iniciam o exercício das funções por ordem decrescente do número de Deputados dos partidos por que tenham sido propostos.

DIVISÃO II
Competência

Artigo 28.º
Competência quanto aos trabalhos da Assembleia

Compete ao Presidente, quanto aos trabalhos da Assembleia Nacional:

- a) Representar a Assembleia e presidir à Mesa;
- b) Marcar as reuniões plenárias e fixar a ordem do dia de harmonia com o disposto nos artigos 67.º e seguintes;
- c) Admitir ou rejeitar os projectos e as propostas de lei ou de resolução, os projectos de deliberação e os requerimentos, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito do recurso para a Assembleia;
- d) Submeter às comissões componentes, para efeito de apreciação, os textos dos projectos ou propostas de lei e dos tratados;
- e) Promover a constituição das comissões e velar pelo cumprimento dos prazos que lhes forem fixados pela Assembleia;
- f) Receber e encaminhar para as comissões competentes as representações ou petições dirigidas à Assembleia;

- g) Propor suspensões do funcionamento efectivo da Assembleia;
- h) Presidir a Comissão Permanente;
- i) Presidir a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares;
- j) Mandar publicar no Diário da República as resoluções da Assembleia;
- l) Manter a ordem e a disciplina, bem como a segurança da Assembleia, podendo para isso requisitar e usar os meios necessários, e tomar as medidas que entender convenientes;
- m) Ordenar as rectificações no Diário;
- n) Apreciar a regularidade das candidaturas apresentadas por Deputados para cargos electivos, bem como anunciar os resultados da eleição e proclamar os candidatos eleitos;
- o) Superintender no pessoal ao serviço da Assembleia;
- p) Em geral, assegurar o cumprimento do Regimento e das deliberações da Assembleia.

Artigo 29.º

Competência quanto às reuniões plenárias

1. Compete ao Presidente, quanto às reuniões plenárias:

- a) Presidir às reuniões plenárias, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Conceder a palavra aos Deputados e aos membros do Governo e assegurar a ordem dos debates;
- c) Dar oportuno conhecimento à Assembleia das mensagens, informações, explicações e convites que lhe sejam dirigidos;
- d) Pôr à discussão e votação as propostas e os requerimentos admitidos.

2. Das decisões do Presidente tomadas em reunião plenária cabe sempre reclamação e recurso para o Plenário.

Artigo 30.º
Competência quanto aos Deputados

Compete ao Presidente, quanto aos Deputados:

- a) Julgar as justificações das faltas dos Deputados às reuniões plenárias, nos termos do artigo 18.º;
- b) Definir os pedidos de substituição temporária, nos termos do artigo 15.º;
- c) Receber e mandar publicar as declarações de renúncia ao mandato;
- d) Promover junto da Comissão de Regimento e Mandatos as diligências necessárias à verificação de poderes dos Deputados;
- e) Dar seguimento aos requerimentos apresentados pelos Deputados, nos termos do artigo 17.º.

Artigo 31.º
Competência relativamente a outros órgãos

Compete ao Presidente, relativamente a outros órgãos:

- a) Enviar ao Presidente da República, para os efeitos da alínea m) do artigo 76.º da Constituição, as leis da Assembleia Nacional;
- b) Enviar ao Presidente da República, para efeitos de ratificação de aprovação, os tratados internacionais depois de aprovados;
- c) Comunicar ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro os resultados das votações sobre moções e rejeição do Programa do Governo, bem como moções de confiança e de censura ao Governo;
- d) Marcar, de acordo com o Governo, as reuniões plenárias em que os seus membros estarão presentes para responder às perguntas e pedidos de esclarecimento dos Deputados, formulado oralmente ou por escrito;
- e) Assinar os documentos expedidos em nome da Assembleia;
- f) Chefiar as deputações da Assembleia de que faça parte.

DIVISÃO III
Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares

Artigo 32.º

Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares

1. Presidente reúne-se com os presidentes dos grupos parlamentares, ou seus substitutos, para apreciar os assuntos previstos na alínea b) do artigo 28.º, e outros previstos no Regimento, sempre que o entender necessário para o regular funcionamento da Assembleia.
2. Governo tem o direito de se fazer representar na conferência e pode intervir nos assuntos que não se relacionem exclusivamente com a Assembleia.
3. Os representantes dos grupos parlamentares têm na Conferência um número de votos igual ao número dos Deputados que representam.
4. As decisões da Conferência, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

SECÇÃO II

Mesa

Artigo 33.º

Composição

1. A Mesa da Assembleia é composta pelo Presidente, por dois Vice-Presidentes, três Secretários e dois Vice-Secretários.
2. Nas reuniões plenárias, a Mesa é constituída pelo Presidente e pelos Secretários.
3. Na falta do Presidente, nos termos do artigo 27.º, as reuniões são presididas rotativamente pelos Vice-Presidentes ou, na sua falta, pelo Deputado mais idoso.
4. Os Secretários são substituídos nas suas faltas pelos Vice-Secretários.
5. Os Vice-Secretários são substituídos nas suas faltas pelos Deputados que o Presidente designar.

Artigo 34.º

Eleição

1. Os Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários são eleitos por sufrágio de lista completa e nominativa.

2. Cada um dos dois maiores grupos parlamentares propõe um Vice-Presidente e, tendo mais de cinco Deputados, pelo menos um Secretário e um Vice-Secretário.
3. Consideram-se eleitos os candidatos que obtiverem a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efectividade de funções.
4. Se algum dos candidatos não tiver sido eleito, procede-se de imediato, na mesma reunião, a novo sufrágio para o lugar por ele ocupado na lista, até se verificar o disposto no número seguinte.
5. Eleitos o Presidente e metade dos restantes membros da Mesa, considera-se atingido o quorum necessário ao seu funcionamento.
6. Terminada a reunião, mesmo não estando preenchidos todos os lugares vagos, o Presidente comunica a composição da Mesa, desde que nelas incluídos os Vice-Presidentes, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro.

Artigo 35.º

Mandato

1. Os Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários são eleitos na primeira reunião de cada legislatura.
2. Os Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários podem renunciar ao cargo mediante declaração escrita e fundamentada, dirigida à Assembleia, tornando-se a renúncia efectiva imediatamente, sem prejuízo da sua ulterior publicação no Diário.
3. No caso de renúncia ao cargo, suspensão ou cessação do mandato de Deputado, procede-se, até a quinta reunião imediata, à eleição de novo titular, segundo o regime do n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 36.º

Competência geral da Mesa

1. Compete à Mesa:
 - a) Declarar, nos termos do artigo 16.º, a perda do mandato em que incorra qualquer Deputado;
 - b) Assegurar o cabal desempenho dos serviços de secretaria;

c) Estabelecer o regulamento da entrada e frequência do público nas salas de reuniões da Assembleia Nacional;

d) Construir as representações e deputações da Assembleia, ouvidos os representantes dos grupos parlamentares;

e) Em geral, coadjuvar o Presidente nos exercícios das suas funções.

2. A Mesa pode delegar num dos Secretários a superintendência dos serviços de secretaria.

Artigo 37.º

Competência quanto às reuniões plenárias

1. Compete à Mesa, quanto às reuniões plenárias:

a) Integrar nas formas previstas no Regimento as iniciativas orais e escritas dos Deputados, dos grupos parlamentares e do Governo;

b) Decidir as questões de interpretação e integração de lacunas no Regimento;

c) Apreciar e decidir as reclamações relativas ao Diário.

2. Das deliberações da Mesa cabe reclamação e recurso para o Plenário.

Artigo 38.º

Vice-Presidentes

Compete aos Vice-Presidentes:

a) Substituir o Presidente nos termos do artigo 27.º;

b) Exercer, em caso de delegação, os poderes previstos nas alíneas f) do artigo 28.º, a), b), e e) do artigo 30.º e e) do artigo 31.º;

c) Exercer a Vice-Presidência da Comissão Permanente;

d) Desempenhar as funções de representação da Assembleia de que sejam incumbidos pelo Presidente

Artigo 39.º

Secretários e Vice-Secretários

1. Compete aos Secretários o expediente da Mesa, nomeadamente:

- a) Proceder à verificação das presenças nas reuniões plenárias, bem como verificar em qualquer momento o quorum e registar as votações;
- b) Ordenar as matérias a submeter à votação;
- c) Organizar as inscrições dos Deputados e dos membros do Governo que pretendem usar da palavra;
- d) Fazer as leituras indispensáveis durante as reuniões plenárias;
- e) Promover a publicação do Diário;
- f) Assinar, por delegação do Presidente, a correspondência expedida em nome da Assembleia

2. Compete aos Vice-Secretários:

- a) Substituir os Secretários nas suas faltas ou impedimentos;
- b) Servir de escrutinadores.

Artigo 40.º

Subsistência da Mesa

No termo da legislatura, ou em caso de dissolução da Assembleia, a Mesa mantém-se em funções até a abertura da primeira reunião da nova Assembleia eleita.

CAPÍTULO II

Comissões

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 41.º
Composição das comissões

1. As comissões não podem ser constituídas por menos de três nem por menos de seis Deputados, salvo a Comissão Permanente, devendo a sua composição corresponder às relações de voto dos partidos representados na Assembleia.
2. As presidências das comissões são no conjunto repartidas pelos grupos parlamentares em proporção com o número dos seus Deputados.
3. Número dos membros de cada comissão e a sua distribuição pelos diversos partidos são fixados por deliberação da Assembleia, sob proposta do Presidente, ouvida a Conferência.

Artigo 42.º

Indicação dos membros das comissões

1. A indicação dos Deputados para as comissões compete aos respectivos grupos parlamentares e deve ser efectuada no prazo fixado pelo Presidente.
2. Se algum grupo parlamentar não quiser ou não puder indicar representantes, não há lugar ao preenchimento das vagas por Deputados de outros partidos.
3. Nenhum Deputado pode ser indicado para mais de duas comissões especializadas permanentes, salvo se o partido, em razão do número dos seus Deputados, não puder ter representantes em todas as comissões, e, neste caso, nunca em mais de três.
4. Podem ser indicados suplentes a todo o tempo e, na sua falta ou impedimento, os membros das comissões podem fazer-se substituir ocasionalmente por outros Deputados do mesmo grupo parlamentar.

SECÇÃO II
Comissão de Regimento e Mandatos

Artigo 43.º
Competência

A Comissão de Regimento e Mandatos é constituída por Deputados dos grupos parlamentares, devendo a sua composição corresponder às relações de voto dos partidos representados na Assembleia.

Artigo 44.º
Competência

Compete a Comissão de Regimento e Mandatos:

- a) Relatar e dar parecer sobre a verificação de poderes dos Deputados;
- b) Pronunciar-se sobre o levantamento de imunidades, nos termos do Estatuto dos Deputados;
- c) Emitir parecer sobre a perda do mandato, nos termos do artigo 16.º;
- d) Instruir os processos de impugnação de elegibilidade e de perda de mandato;
- e) Proceder a inquéritos a factos ocorridos no âmbito da Assembleia que comprometam a honra ou a dignidade de qualquer Deputado, a pedido deste e mediante determinação do Presidente;
- f) Dar parecer sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do Regimento que lhe sejam submetidas pelo Presidente, pela Mesa e pela Assembleia;
- g) Dar parecer sobre as propostas de alteração do Regimento, bem como sugerir à Assembleia as modificações que a prática venha a aconselhar;
- h) Dar parecer, a pedido do Presidente, sobre conflitos de competência entre comissões.

Artigo 45.º

Exercício das funções

1. A designação dos representantes na Comissão de Regimento e Mandatos e nas comissões especializadas permanentes faz-se pelo período da sessão legislativa.
2. Perde a qualidade de membro da comissão o Deputado que deixe de pertencer ao grupo parlamentar pelo qual foi indicado, a solicitação deste, ou que excede o número regimental de faltas às respectivas reuniões.
3. Compete aos presidentes das comissões julgar as justificações das faltas dos seus membros, nos termos do n.º 2 do artigo 18.º.
4. Grupo parlamentar a que o Deputado pertence pode promover a sua substituição na comissão a todo o tempo.

Artigo 46.º

Mesa e relatores

1. Cada comissão tem a sua mesa formada por um presidente, um ou mais vice-presidentes e um ou mais secretários.

2. Os membros da mesa são eleitos por sufrágio uninominal, na primeira reunião da comissão, que é convocada e dirigida pelo Presidente da Assembleia.
3. Presidente da Assembleia promove as diligências necessárias para o cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 41.º.
4. Para cada assunto a submeter ao Plenário a comissão pode designar um ou mais relatores.

Artigo 47.º
Subcomissões

1. Em cada comissão podem ser constituídas subcomissões.
2. As conclusões dos trabalhos das subcomissões devem ser apresentadas à comissão.

SECÇÃO III
Comissão e Petições

Artigo 48.º
Composição

A composição da Comissão de Petições é estabelecida nos termos do artigo 41.º.

Artigo 49.º
Competência

Compete à Comissão de Petições apreciar, nos termos do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Nacional, podendo, para o efeito, ouvir as diversas comissões especializadas em razão da matéria.

SECÇÃO IV
Comissões especializadas

DIVISÃO I
Comissões especializadas permanentes

Artigo 50.º
Elenco

1. Elenco das comissões especializadas permanentes é fixado no início de cada legislatura por deliberação do Plenário, sob proposta do Presidente, ouvida a Conferência.
2. As comissões especializadas permanentes podem propor o Plenário a constituição das subcomissões que forem julgadas necessárias.

3. Compete às comissões especializadas permanentes definir a composição e âmbito das subcomissões.

Artigo 51.º

Competência

Compete às comissões especializadas permanentes:

- a) Apreciar os projectos e as propostas de lei, as propostas de alteração e os trabalhos submetidos à Assembleia;
- b) Votar na especialidade os textos aprovados na generalidade pelo Plenário, nos termos e com os limites estabelecidos no Regimento;
- c) Apreciar as petições dirigidas à Assembleia;
- d) Inteirar-se dos problemas políticos e administrativos que sejam do seu âmbito e fornecer à Assembleia, quando esta julgar conveniente, os elementos necessários à apreciação dos actos do Governo e da Administração;
- e) Verificar o cumprimento pelo Governo e pela Administração das leis e resoluções da Assembleia, podendo sugerir a esta as medidas consideradas convenientes;
- f) Em geral, pronunciar-se sobre todos os problemas submetidos à sua apreciação pela Assembleia ou pelo Presidente.

DIVISÃO II

Comissões eventuais

Artigo 52.º

Constituição

1. A Assembleia Nacional pode constituir comissões eventuais, para qualquer fim determinado.
2. A iniciativa de constituição de comissões eventuais, salvo as de inquérito, pode ser exercida por um mínimo de dois Deputados.

Artigo 53.º

Competência

Compete às comissões eventuais apreciar os assuntos objecto da sua constituição, apresentando os respectivos relatórios nos prazos fixados pela Assembleia.

CAPÍTULO III

Comissão Permanente

Artigo 54.º

Funcionamento

Fora do período de funcionamento efectivo da Assembleia Nacional, durante o período de suspensão das reuniões plenárias e no período em que ela se encontra dissolvida, bem como nos restantes casos previstos na Constituição, funciona a Comissão Permanente da Assembleia Nacional.

Artigo 55.º

Composição

1. A Comissão Permanente é presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional e composta pelos Vice-Presidentes e por 12 Deputados indicados por todos os grupos parlamentares, de acordo com a respectiva representatividade na Assembleia.

2. Aplicam-se à Comissão Permanente os preceitos dos artigos 41.º, 42.º e 43.º.

Artigo 56.º

Competência

1. Compete à Comissão Permanente:

- a) Acompanhar a actividade do Governo e da Administração;
- b) Exercer os poderes da Assembleia relativamente ao mandato dos Deputados, sem prejuízo da competência própria do Presidente e da Comissão de Regimento e Mandatos;
- c) Promover a convocação da Assembleia sempre que tal seja necessário;
- d) Preparar a abertura da sessão legislativa;
- e) Dar assentimento à ausência do Presidente da República do território nacional;
- f) Autorizar o funcionamento das comissões durante os períodos de suspensão da sessão legislativa, se tal for necessário ao bom andamento dos seus trabalhos;
- g) Decidir as reclamações sobre inexactidões dos textos de redacção final das leis e resoluções da Assembleia;
- h) Designar as representações e deputações;

i) Elaborar o seu Regimento.

CAPÍTULO IV

Representações e deputações

Artigo 57.º

Representações e deputações

1. As representações e deputações da Assembleia devem respeitar os princípios estabelecidos nos artigos 41.º e 42.º.
2. Quando as representações ou deputações não possam incluir representantes de todos os partidos, a sua composição é fixada pela Conferência e, na falta de acordo, pelo Plenário.
3. Finda a sua missão, as representações da Assembleia Nacional elaboram um relatório com as informações necessárias à avaliação da realização das suas finalidades ou, sendo permanentes, no termo de cada sessão legislativa, o qual será apresentado ao Presidente e, se este decidir, lido em Plenário.

TÍTULO IV

Funcionamento

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 58.º

Sede da Assembleia

1. A Assembleia Nacional tem a sua sede na cidade de S. Tomé.
2. Os trabalhos da Assembleia devem decorrer no local que reúna as condições necessárias ao seu adequado funcionamento.

Artigo 59.º

Sessões legislativas

1. A Assembleia Nacional reúne-se em sessões ordinárias duas vezes por ano.
2. As sessões ordinárias terão início em 15 de Abril e 15 de Outubro, não excedendo quatro meses.

Artigo 60.º

Reunião extraordinária de comissões

1. Fora do período de funcionamento e durante as suspensões, pode funcionar qualquer comissão, se tal for indispensável ao bom andamento dos seus trabalhos e a Assembleia o deliberar, com a anuência da maioria dos membros da comissão.
2. Presidente pode promover a convocação de qualquer comissão para os quinze dias anteriores ao início da sessão legislativa a fim de preparar os trabalhos desta.
3. Disposto no n.º 1 não se aplica a Comissão de Regimento e Mandatos quando esta tenha de se pronunciar sobre verificação de poderes, perda de mandato ou inviolabilidade dos Deputados nos termos do Regimento ou do Estatuto dos Deputados.

Artigo 61.º

Convocação fora do período de funcionamento

1. Fora do período indicado no n.º 2 do artigo 59.º, a Assembleia Nacional pode funcionar por deliberação do Plenário, prorrogando o período normal de funcionamento, por iniciativa da Comissão Permanente ou, na impossibilidade desta e em caso de grande emergência, por iniciativa de mais de metade dos Deputados.
2. No caso de convocação por iniciativa de mais de metade dos Deputados, o anúncio da convocação deve ser tornado público através dos meios de comunicação adequados.

Artigo 62.º

Suspensão das reuniões plenárias

Durante o funcionamento efectivo da Assembleia pode esta deliberar suspender as suas reuniões plenárias para efeitos de trabalho de comissões.

Artigo 63.º

Dias parlamentares

1. A Assembleia funciona todos os dias que não sejam sábados, domingos e feriados.
2. A Assembleia funciona ainda, excepcionalmente, em qualquer dia imposto pela Constituição e pelo Regimento ou quando assim o delibere.
3. Quando o termo de qualquer prazo recair em sábado, domingo ou feriado é transferido para o dia parlamentar seguinte.

Artigo 64.º
Convocação de reuniões

1. Salvo marcação nas reuniões anteriores, as reuniões do Plenário e das comissões são convocadas pelos respectivos presidentes com antecedência mínima de quarenta e oito horas.
2. A convocação é feita por qualquer meio de comunicação que assegure o seu efectivo conhecimento e publicidade.

Artigo 65.º
Funcionamento do Plenário e das comissões

1. As comissões podem reunir durante o funcionamento do Plenário, devendo interromper os seus trabalhos para que os respectivos membros possam exercer, no Plenário, o seu direito de voto.
2. As reuniões das comissões podem realizar-se em qualquer local do território nacional.
3. As comissões podem funcionar, havendo conveniência para os seus trabalhos, aos sábados, domingos e feriados.

Artigo 66.º
Quórum

1. A Assembleia Nacional só pode funcionar, em reunião plenária ou em comissões, com a presença de pelo menos, metade do número de Deputados em efectividade de funções.
2. As deliberações do Plenário e das comissões são tomadas com a presença de mais de metade dos seus membros em efectividade de funções.

CAPÍTULO II
Organização dos trabalhos e ordem do dia

Artigo 67.º
Fixação da ordem do dia

1. A ordem do dia é fixada pelo Presidente nos primeiros 15 dias de cada mês, para o mês seguinte, de acordo com as prioridades definidas pelo Regimento.
2. Antes da fixação da ordem do dia, o Presidente ouve, a título indicativo, a Conferência, que, na falta de consenso, decide nos termos dos números 3 e 4 do artigo 32.º.

3. Das decisões do Presidente que fixam a ordem do dia cabe recurso para o Plenário, que delibera em definitivo.

4. O recurso da decisão do Presidente que fixa a ordem do dia é votado sem precedência de debate, podendo, todavia, o recorrente expor verbalmente os respectivos fundamentos por tempo não superior a três minutos.

Artigo 68.º

Anúncio da ordem do dia

1. As ordens do dia fixadas nos termos do artigo 67.º são anunciadas pelo Presidente na primeira reunião plenária posterior a sua fixação e distribuição em folhas avulsas aos grupos parlamentares.

2. As ordens do dia fixadas nos termos do artigo 67.º não podem ser alteradas, salvo nos termos dos artigos 69.º, 71.º, 72.º e 73.º.

Artigo 69.º

Garantia de estabilidade da ordem do dia

1. A ordem do dia não pode ser preterida nem interrompida, a não ser nos casos expressamente previstos no Regimento ou por deliberação da Assembleia, sem votos contra.

2. A sequência das matérias fixadas para cada reunião pode ser modificada por deliberação da Assembleia.

Artigo 70.º

Prioridade das matérias a atender na fixação da ordem do dia

1. Na fixação da ordem do dia das reuniões plenárias, o Presidente dá prioridade às matérias segundo a precedência seguinte:

- 1.º Autorização ao Presidente da República para declarar a guerra e fazer a paz;
- 2.º Autorização da declaração do estado de sítio e do estado de emergência, nos termos da alínea m) do artigo 86.º da Constituição.
- 3.º Apreciação do Programa do Governo;
- 4.º Votos de confiança ou moções de censura ao Governo;
- 5.º Aprovação da lei do Plano e do Orçamento do Estado;

6.º Debates sobre política geral provocados por interpelação ao Governo, nos termos da alínea c) do artigo 83.º da Constituição;

7.º Aprovação de leis e trabalhos sobre matérias que constituam reserva de competência legislativa da Assembleia Nacional;

8.º Autorização ao Governo para contrair e conceder empréstimos e realizar outras operações de crédito que não sejam de dívida flutuante e estabelecer o limite máximo dos avales a conceder em cada ano pelo Governo;

9.º Apreciação das contas do Estado e das demais entidades públicas que a lei determinar;

10.º Apreciação de decretos-lei aprovados no uso de autorização legislativa;

11.º Debate e votação do estatuto político-administrativo da região do Príncipe;

12.º Concessão de amnistias e perdões genéricos;

13.º Apreciação dos relatórios de execução, anuais e final, do Plano;

14.º Apreciação de decretos-lei;

15.º Aprovação de leis e tratados sobre as restantes matérias;

2. Dentro de cada uma das matérias, a ordem do dia é fixada segundo a precedência temporal da apresentação.

Artigo 71.º

Prioridade absoluta na fixação da ordem do dia

Têm prioridade sobre quaisquer outras matérias, com preterição da ordem do dia que eventualmente esteja fixada, as que constam dos números 1.º a 7.º do n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 72.º

Prioridade e solicitação do Governo

1. Governo pode solicitar prioridade para assuntos de interesse nacional de resolução urgente.

2. A concessão de prioridade é decidida pelo Presidente, ouvida a Conferência, podendo os grupos parlamentares e o Governo recorrer da decisão para o Plenário.

3. A prioridade solicitada pelo Governo não pode prejudicar o disposto no artigo anterior.

Artigo 73.º

Segunda deliberação em caso de veto do Presidente da República

Nos casos do artigo 77.º da Constituição, o Presidente da Assembleia fixa a data da segunda deliberação, sem prejuízo das prioridades absolutas estabelecidas no artigo 71.º.

Artigo 74.º

Direito dos grupos parlamentares à fixação da ordem do dia

1. Os grupos parlamentares não representados no Governo têm direito à fixação da ordem do dia de reuniões plenárias, durante cada sessão legislativa, nos termos seguintes:

- a) Até cinco Deputados, uma reunião;
- b) Com mais de cinco até oito Deputados, duas reuniões;
- c) Por cada conjunto suplementar de cinco Deputados ou fracção, duas reuniões.

2. Os grupos parlamentares representados no Governo têm direito, durante cada sessão legislativa, à fixação da ordem do dia de uma reunião plenária por cada conjunto de cinco Deputados ou fracção.

3. Exercício do direito previsto neste artigo é anunciado ao Presidente, em Conferência, até ao dia 15 de cada mês, para que possa produzir efeitos no mês seguinte, em conformidade com o disposto no artigo 67.º.

4. Se o requerimento de fixação da ordem do dia for para apreciação de projecto de lei ou de resolução não pode interromper a discussão e votação de qualquer projecto ou proposta de lei que esteja a decorrer, mas o grupo parlamentar tem o direito de requerer, no termo da última reunião, a respectiva votação.

5. No caso previsto no número anterior, se o projecto for aprovado na generalidade, o partido tem o direito de obter a votação na especialidade, nos termos dos artigos 168.º e seguintes, não contando as reuniões plenárias para efeito da limitação constante dos números 1 e 2.

Artigo 75.º

Perguntas ao Governo

Serão marcadas reuniões em que os membros do Governo estarão presentes para responder às perguntas e pedidos de esclarecimento dos Deputados, nos termos dos artigos 224.º e seguintes.

Artigo 76.º

Apreciação de outras matérias

O Presidente inclui na primeira parte da ordem do dia a apreciação das seguintes matérias:

- a) Deliberações sobre o mandato de Deputados;
- b) Recursos de decisões do Presidente;
- c) Eleições suplementares da Mesa;
- d) Constituição de comissões, representações e deputações;
- e) Comunicações das comissões;
- f) Recursos, nos termos dos artigos 145.º e 174.º, e determinação da comissão competente, nos termos do artigo 149.º;
- g) Inquéritos, nos termos dos artigos 240.º e 244.º;
- h) Assentimento à ausência do Presidente da República do território nacional;
- i) Designação de titulares de cargos exteriores à Assembleia;
- j) Alteração ao Regimento;
- l) Outras matérias sobre as quais a Assembleia deva pronunciarem não compreendidas nas prioridades fixadas nos artigos anteriores.

CAPÍTULO III

Reuniões plenárias

SECÇÃO I

Realização das reuniões

Artigo 77.º

Dias das reuniões

1. A cada dia corresponde uma reunião plenária.

2. As reuniões plenárias realizam-se às terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras, salvo quando a Assembleia ou a Conferência delibere diversamente.

3. As quartas-feiras são reservadas, em regra, para reuniões das comissões e dos grupos parlamentares.

Artigo 78.º

Lugar na sala das reuniões

1. Os Deputados tomam lugar na sala pela forma acordada entre o Presidente e os representantes dos partidos.

2. Na falta de acordo, a Assembleia delibera.

3. Na sala de reuniões há lugares reservados para os membros do Governo.

Artigo 79.º

Verificação de presenças dos Deputados

A presença dos Deputados às reuniões plenárias é verificada no início ou em qualquer outro momento da reunião.

Artigo 80.º

Proibição da presença de pessoas estranhas no espaço reservado aos Deputados

Durante o funcionamento das reuniões não é permitida a presença de pessoas que não tenham assento na Assembleia ou não estejam em serviço.

Artigo 81.º

Continuidade das reuniões

As reuniões não podem ser interrompidas, salvo por decisão do Presidente, para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quorum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente assim o determinar;
- d) Exercício do direito de interrupção pelos grupos parlamentares;
- e) Garantia do bom andamento dos trabalhos.

Artigo 82.º
Interrupção da reunião

1. Os grupos parlamentares podem requerer a interrupção da reunião plenária por uma única vez, a qual não pode ser recusada pelo Presidente.
2. A interrupção a que se refere o número anterior não pode exceder 15 minutos, quando requerida por grupos parlamentares com menos de cinco Deputados, nem 30 minutos quando se trate de grupos com mais de cinco Deputados.

Artigo 83.º
Períodos das reuniões

Em cada reunião plenária há um período designado de “antes da ordem do dia” e outro designado de “ordem do dia”, salvo quando a Assembleia ou a Conferência delibere diversamente.

Artigo 84.º
Período de antes da ordem do dia

1. O período de antes da ordem do dia é destinado:
 - a) A leitura dos anúncios que o Regimento impuser e de expediente;
 - b) As declarações políticas;
 - c) Ao tratamento pelos Deputados de assuntos de interesse político relevante;
 - d) A emissão de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar propostos pela Mesa ou por algum Deputado.
2. Período de antes da ordem do dia, para os fins referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior, tem a duração normal de uma hora e é distribuído proporcionalmente ao número de Deputados de cada grupo parlamentar, assegurando-se um tempo mínimo a cada um destes, sem prejuízo no disposto no artigo 87.º.
3. Compete ao Presidente, ouvida a Conferência, a organização do período de “antes da ordem do dia” nos termos do número anterior, a qual pode abranger os períodos de antes da ordem do dia de mais uma reunião plenária.
4. A inscrição dos Deputados para usar da palavra no período de antes da ordem do dia pode ser efectuada pelas direcções dos grupos parlamentares.
5. Os tempos utilizados no período de antes da ordem do dia na formulação de protestos, contraprotestos, pedidos de esclarecimento, respectivas respostas e

declaração de voto orais são levados em conta no tempo global atribuído a cada grupo parlamentar.

Artigo 85.º

Expediente e informação

Aberta a reunião, a Mesa procede:

- a) A menção, resumo ou leitura de correspondência de interesse para a Assembleia;
- b) A menção, resumo ou leitura de representações ou petições dirigidas à Assembleia;
- c) A menção ou leitura de qualquer reclamação sobre omissões ou inexactidões no Diário, apresentadas por qualquer Deputado ou membro do Governo interessado;
- d) A menção ou leitura de qualquer pedido de informações dirigido pelos Deputados ao Governo ou aos órgãos de qualquer entidade pública, bem como das respectivas respostas;
- e) A menção ou leitura de qualquer pergunta dirigida por escrito pelos Deputados ao Governo;
- f) A menção dos projectos e propostas de lei ou de resolução e das moções presentes na Mesa;
- g) A comunicação das decisões do Presidente e das deliberações da Mesa, bem como de qualquer facto ou situação cujo anúncio o Regimento impuser ou seja de interesse da Assembleia;

Artigo 86.º

Declarações políticas e outras intervenções

1. Cada grupo parlamentar tem direito a produzir quinzenalmente, no período de antes da ordem do dia, uma declaração política com a duração máxima de 10 minutos e com prioridade sobre as demais intervenções.
2. Os grupos parlamentares que queiram usar do direito consignado no número anterior devem comunicá-lo à Mesa até ao início da respectiva reunião.
3. Para efeitos de tratamento pelos Deputados de assuntos de interesse políticos relevante é aberta uma ordem de inscrições especial, que cessa com o termo ou a suspensão da sessão legislativa.

4. Nenhum Deputado pode ser inscrito duas vezes.

Artigo 87.º
Prolongamento

O período de antes da ordem do dia é improrrogável, salvo se houver declarações políticas, caso em que pode ser prolongado até trinta minutos.

Artigo 88.º
Intervenções sobre assuntos de interesse local, regional ou sectorial

1. Podem ser marcadas pelo Presidente, sem prejuízo dos dias de funcionamento normal do Plenário, reuniões destinadas a intervenções dos Deputados sobre assuntos de interesse local, regional ou sectorial.
2. Com vista a essas intervenções, é aberta a ordem de inscrições especial.

Artigo 89.º
Emissão de votos

1. Os votos de congratulação, protesto, saudação ou pesar podem ser propostos pela Mesa ou por um número de Deputados não inferior a quatro.
2. Os Deputados que queiram propor qualquer voto devem comunicar à Mesa a sua intenção até ao início da reunião.
3. Apresentado à Mesa o voto proposto, a sua discussão é feita no tempo a que têm direito os grupos parlamentares dos Deputados que intervierem na discussão.
4. A requerimento de, pelo menos, 10 Deputados, a discussão e votação são adiadas para a reunião seguinte.

Artigo 90.º
Período da ordem do dia

1. Período da ordem do dia tem por objectivo o exercício das competências constitucionais específicas da Assembleia Nacional.
2. Sempre que a Assembleia deva apreciar matérias previstas no artigo 76.º, o período da ordem do dia compreende uma primeira parte destinada a esse fim.

Artigo 91.º
Convite a individualidades estrangeiras

O Presidente pode, a título excepcional, ouvida a Conferência, convidar individualidades estrangeiras de visita a S. Tomé a tomar lugar na sala e a usar da palavra.

SECÇÃO II
Uso da palavra

Artigo 92.º
Uso da palavra pelos Deputados

A palavra é concedida aos Deputados para:

- a) Tratar dos assuntos de antes da ordem do dia;
- b) Apresentar projectos de lei, de resolução ou de deliberação;
- c) Exercer o direito de defesa, nos casos previstos nos artigos 7.º e 16.º
- d) Participar nos debates;
- e) Fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública;
- f) Invocar o Regimento ou interpelar a Mesa;
- g) Fazer requerimentos;
- h) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- i) Reagir contra ofensas à honra ou consideração ou dar explicações nos termos do artigo 103.º
- j) Interpor recursos;
- l) Fazer protestos e contraprotestos;
- m) Produzir declarações de voto.

Artigo 93.º
Ordem no uso da palavra

1. A palavra é dada pela ordem das inscrições, mas o Presidente promoverá de modo a que não intervenham seguidamente, havendo outros inscritos, Deputados do mesmo grupo parlamentar ou membros do Governo.
2. É autorizada, a todo o tempo, a troca entre quaisquer oradores inscritos.

Artigo 94.º
Uso da palavra pelos membros do Governo

A palavra é concedida aos membros do Governo para:

- a) Apresentar propostas de lei e de resolução, propostas de alteração e moções;
- b) Participar nos debates;
- c) Responder a perguntas de Deputados sobre quaisquer actos do Governo ou da Administração Pública;
- d) Invocar o Regimento ou interpelar a Mesa;
- e) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- f) Reagir contra ofensas à honra ou consideração ou dar explicações nos termos do artigo 103.º;
- g) Fazer protestos ou contraprotestos.

Artigo 95.º
Fins do uso da palavra

1. Quem solicitar a palavra deve declarar para que fim a pretende, não podendo usá-la para fim diverso daquele para que lhe foi concedida.
2. Quando o orador se afaste da finalidade para que lhe foi concedida a palavra, é advertido pelo Presidente, que pode retirá-la se o orador persistir na sua atitude.

Artigo 96.º
Uso da palavra para apresentação de projectos ou propostas

O uso da palavra para apresentação de projectos ou propostas limita-se à indicação sucinta do seu objecto.

Artigo 97.º

Uso da palavra no exercício do direito de defesa

O Deputado que exercer o direito de defesa nos termos dos artigos 7.º e 16.º não pode exceder 15 minutos no uso da palavra.

Artigo 98.º

Uso da palavra para participar nos debates

1. Para intervir nos debates sobre matéria da ordem do dia, quer na generalidade, quer na especialidade, cada Deputado ou membro do Governo pode usar da palavra tantas vezes quantas as necessárias de acordo com o tempo previamente estabelecido.
2. No debate na especialidade não podem intervir mais de dois membros do Governo sobre cada assunto.

Artigo 99.º

Invocação do Regimento e perguntas à Mesa

1. Deputado que pedir a palavra para invocar o Regimento indica a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito.
2. Os Deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. Não há justificação nem discussão das perguntas dirigidas à Mesa.
4. O uso da palavra para invocar o Regimento e interpelar a Mesa não pode exceder dois minutos.

Artigo 100.º

Requerimentos

1. São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à Mesa, respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento da reunião.
2. Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente.
3. Os requerimentos escritos são imediatamente anunciados pela Mesa e distribuídos a todos os grupos parlamentares.
4. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, se pedida, não podem exceder dois minutos.

5. Admitido qualquer requerimento, nos termos da alínea c) do artigo 29.º, é imediatamente votado sem discussão.
6. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.
7. Não são admitidas declarações de voto orais.

Artigo 101.º

Recursos

1. Qualquer Deputado pode recorrer das decisões do Presidente ou da Mesa.
2. O Deputado que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a três minutos.
3. No caso de recurso apresentado por mais de um Deputado, só pode intervir na respectiva fundamentação um dos seus apresentantes, pertençam ou não ao mesmo grupo parlamentar.
4. Havendo vários recursos com o mesmo objecto, só pode intervir na respectiva fundamentação um Deputado de cada grupo parlamentar a que os recorrentes pertençam.
5. Pode ainda usar da palavra, pelo período de três minutos, um Deputado de cada grupo parlamentar que não se tenha pronunciado nos termos dos números anteriores.
6. Não há lugar a declarações de voto orais.

Artigo 102.º

Pedidos de esclarecimento

1. O uso da palavra para esclarecimento limita-se a formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta sobre matéria em dúvida enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.
2. Os Deputados que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se no tempo da intervenção que os suscitou, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição.
3. O orador interrogante e o orador respondente dispõem de três minutos, por cada intervenção, não podendo, porém, as respostas exceder o tempo global de quinze minutos.

Artigo 103.º

Reacção contra ofensas à honra ou consideração

1. Sempre que um Deputado ou membro do Governo considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos.

Artigo 104.º

Protestos e contraprotestos

1. Por cada grupo parlamentar e sobre a mesma intervenção apenas é permitido um protesto.
2. O tempo para o protesto é de três minutos.
3. Não são admitidos protestos a pedidos de esclarecimento e às respectivas respostas, bem como as declarações de voto.
4. Os contraprotestos não podem exceder dois minutos por cada protesto nem 10 minutos no total.

Artigo 105.º

Proibição do uso da palavra no período da votação

Anunciado o início da votação, nenhum Deputado pode usar da palavra até a proclamação do resultado, excepto para apresentar requerimentos respeitantes ao processo de votação.

Artigo 106.º

Declaração de voto

1. Cada grupo parlamentar, ou Deputado, a título pessoal, tem direito a produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto escrita esclarecendo o sentido da sua votação.
2. As declarações de voto escritas podem ser entregues na Mesa até final da reunião plenária seguinte.

Artigo 107.º

Uso da palavra pelos membros da Mesa

1. Se os membros da Mesa quiserem usar da palavra em reunião plenária na qual se encontrem em funções, não podem resumi-las até ao termo da mesma reunião.

2. O Presidente ou o Vice-Presidente em exercício não pode reassumir as suas funções até o termo do debate ou da votação, se a estes houver lugar, no caso de o debate ou de a votação excederem a reunião.

Artigo 108.º

Modo de usar a palavra

1. No uso da palavra, os oradores dirigem-se ao Presidente e à Assembleia e devem manter-se de pé.

2. O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções as vozes de concordância, discordância ou análogas.

3. O orador é advertido pelo Presidente quando se desvie do assunto em discussão ou quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo o Presidente retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.

4. O orador pode ser avisado pelo Presidente para resumir as suas considerações, quando se aproxime do termo do tempo regimental.

Artigo 109.º

Organização dos debates

1. A Conferência delibera, nos termos do artigo 158.º, sobre o tempo global de cada debate, bem como a sua distribuição.

2. Sempre que tiver sido fixado o tempo global para a discussão, o tempo gasto com os pedidos de esclarecimento e respostas, protestos e contraprotestos é considerado no tempo atribuído ao grupo ou agrupamento parlamentar a que pertence o Deputado.

3. Na falta de deliberação da Conferência, aplica-se supletivamente o artigo seguinte e as demais disposições relativas ao uso da palavra.

Artigo 110.º

Duração do uso da palavra

1. No período da ordem do dia o tempo de uso da palavra de cada Deputado ou membro do Governo não pode exceder 15 minutos da primeira vez e cinco minutos da Segunda, mas o autor ou os autores do projecto ou da proposta podem usar da palavra por vinte minutos da primeira vez.

2. Tratando-se de discussão na especialidade de projecto ou proposta de lei ou de resolução, o tempo máximo do uso da palavra é de cinco minutos da primeira vez e três da segunda.

3. O disposto nos números anteriores não se aplica quando a Conferência tiver fixado o tempo global do debate, nos termos do artigo 158.º.

SECÇÃO III

Deliberações e votações

Artigo 111.º

Deliberações

Não podem ser tomadas deliberações durante o período de antes da ordem do dia, salvo os votos previstos no artigo 89.º.

Artigo 112.º

Maioria

1. As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, com a presença da maioria do número legal de Deputados, salvo nos casos previstos na Constituição ou no Regimento.

2. As abstenções não contam para o apuramento da maioria.

Artigo 113.º

Voto

1. Cada Deputado tem um voto.

2. Nenhum Deputado presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.

3. Não é admitido o voto por procuração ou por correspondência.

4. O Presidente só exerce o direito de voto quando assim o entender.

Artigo 114.º

Formas das votações

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:

a) Por escrutínio secreto, com listas ou com esferas brancas e pretas;

b) Por votação nominal;

- c) Por mão levantada, que constitui a forma usual de votar.
2. Não são admitidas votações em alternativa.
3. A votação prevista na alínea c) consiste em se perguntar primeiro quem vota a favor, em seguida, quem vota contra e, finalmente, quem se abstém. No acto da votação, os Deputados votantes levantam a mão.
4. Nas votações por mão levantada a Mesa anuncia a distribuição partidária dos votos.

Artigo 115.º

Fixação da hora para votação

1. Presidente, ouvida a Conferência, pode fixar a hora da votação dos projectos e propostas de lei ou de resolução, que deve ser divulgada com antecedência.
2. Chegada a hora prevista, se o debate ainda não estiver concluído, o Presidente marca nova hora para a votação.
3. Antes da votação, o Presidente faz accionar a campainha de chamada e manda avisar as comissões que se encontrem em funcionamento.
4. Quando o Presidente não tenha fixada na hora da votação, esta terá lugar uma hora depois do encerramento do debate.

Artigo 116.º

Escrutínio secreto

1. Fazem-se por escrutínio secreto:
 - a) As eleições;
 - b) As deliberações que, segundo o Regimento ou o Estatuto dos Deputados, devam observar essa forma.

Artigo 117.º

Votação nominal

1. Há votação nominal a requerimento de um décimo dos Deputados sobre as seguintes matérias:
 - a) Segunda deliberação de leis ou resolução sobre as quais o Presidente da República tenha admitido veto;
 - b) Concessão de amnistias e perdões genéricos;

c) Autorização e confirmação da declaração do estado de sítio ou do estado de emergência.

2. Sobre quaisquer outras matérias há votação nominal, se a Assembleia assim o deliberar, a requerimento de um décimo dos Deputados.

3. A votação nominal faz-se por ordem alfabética dos Deputados.

Artigo 118.º
Empate na votação

1. Quando a votação produza empate, a matéria sobre a qual ela tiver recaído entra de novo em discussão.

2. Se o empate se tiver dado em votação não precedida de discussão, por não ter sido pedida a palavra, a votação repete-se na reunião imediata, com possibilidade de discussão.

3. O empate na Segunda votação equivale a rejeição.

CAPÍTULO IV
Reuniões das comissões

Artigo 119.º
Convocação e ordem do dia

1. As reuniões de cada comissão são marcadas pela própria comissão ou pelo seu presidente.

2. A ordem do dia é fixada por cada comissão ou pelo seu presidente, ouvidos os representantes dos grupos parlamentares na comissão.

Artigo 120.º
Colaboração ou presença de outros Deputados

1. Nas reuniões das comissões pode participar, sem voto, um dos Deputados autores do projecto de lei ou de resolução em apreciação.

2. Qualquer outro Deputado pode assistir às reuniões ou nelas participar sem voto, se a comissão autorizar.

3. Os Deputados podem enviar observações escritas às comissões sobre matéria da sua competência.

Artigo 121.º

Participação de membros do Governo

1. Os membros do Governo podem participar nos trabalhos das comissões a solicitação destas ou por sua iniciativa, caso não haja contestação.
2. As comissões podem solicitar ou admitir a participação nos seus trabalhos de funcionários de departamentos ministeriais ou de dirigentes e técnicos de entidades públicas, desde que autorizados pelos respectivos ministros.
3. As diligências previstas neste artigo são efectuadas através do Presidente da Assembleia.

Artigo 122.º

Participação de outras entidades

1. As comissões podem solicitar o depoimento de quaisquer cidadãos e requisitar a presença de quaisquer funcionários ou agentes da Administração Pública, bem como dirigentes ou empregados do sector empresarial do Estado.
2. As diligências previstas neste artigo são efectuadas através do Presidente da Assembleia.

Artigo 123.º

Poderes das comissões

1. As comissões podem requerer ou proceder a quaisquer diligências necessárias ao bom exercício das suas funções, nomeadamente:
 - a) Proceder a estudos;
 - b) Requerer informações ou pareceres;
 - c) Solicitar depoimento de quaisquer cidadãos;
 - d) Realizar audições parlamentares;
 - e) Requisitar ou propor a contratação de especialistas para as coadjuvar nos seus trabalhos;
 - f) Efectuar missões de informação ou de estudo.

Artigo 124.º

Colaboração entre comissões

Duas ou mais comissões podem reunir em conjunto para o estudo de assuntos de interesse comum, não podendo, porém, tomar deliberações.

Artigo 125.º
Regimento das comissões

1. Cada comissão elabora o seu Regimento.
2. Na falta ou insuficiência do Regimento da comissão, aplica-se, por analogia, o Regimento.

Artigo 126.º
Actas das comissões

1. De cada reunião das comissões é lavrada uma acta, da qual devem constar a indicação das presenças e faltas, o sumário dos assuntos tratados e o resultado das votações.
2. Por deliberação da comissão, os debates podem ser registados integralmente quando se revistam de particular interesse.
3. As actas podem ser consultadas pelos Deputados a todo o tempo.
4. As actas das comissões relativas as reuniões públicas serão depositadas na Biblioteca da Assembleia Nacional, sendo facultada a sua consulta a qualquer cidadão nos termos do respectivo regulamento.

Artigo 127.º
Relatório mensal dos trabalhos das comissões

As comissões informam mensalmente a Assembleia sobre o andamento dos seus trabalhos através de relatórios apresentados no Plenário ou publicados no Diário

Artigo 128.º
Instalações e apoio

1. As comissões dispõem de instalações próprias na sede da Assembleia.
2. Os trabalhos de cada comissão são apoiados por funcionários administrativos e assessoria adequada, nos termos a estabelecer Lei Orgânica da Assembleia Nacional.

CAPÍTULO V
Publicidade dos trabalhos e dos actos da Assembleia

SECÇÃO I

Publicidade dos trabalhos da Assembleia

Artigo 129.º

Carácter público das reuniões plenárias

1. As reuniões plenárias da Assembleia Nacional são públicas.
2. Nas bancadas destinadas ao público não há lugares reservados, podendo, porém, cada grupo parlamentar requisitar senhas de entrada de acordo com os critérios definidos pela Mesa.

Artigo 130.º

Publicidade das reuniões das comissões

As reuniões são públicas, se estas assim o deliberarem.

Artigo 131.º

Colaboração dos meios de comunicação social

1. Para o exercício da sua função, são reservados aos representantes dos órgãos da comunicação social, santomenses e estrangeiros, devidamente credenciados, lugares na sala da reunião.
2. Achando-se esgotados os lugares reservados aos representantes dos órgãos de comunicação social, os serviços da Assembleia asseguram a sua assistência às reuniões plenárias noutra local disponível.
3. A Mesa providencia a distribuição de textos dos assuntos em discussão e das intervenções aos representantes dos órgãos de comunicação social.

Artigo 132.º

Diário da Assembleia Nacional

1. O jornal oficial da Assembleia é o Diário da Assembleia Nacional.
2. O Diário compreende o relato das reuniões plenárias e os documentos da Assembleia que, nos termos do Regimento, devem ser publicados.
3. O Diário tem numeração própria, referida a cada sessão legislativa.

Artigo 133.º

Índice do Diário

Os serviços da Assembleia, sob a direcção da Mesa, elaboram um índice analítico do Diário no final de cada sessão legislativa.

Artigo 134.º
Boletim informativo

Para informação dos Deputados e órgãos de comunicação social, a Mesa providencia a distribuição, antes de cada reunião plenária, de um boletim com a ordem do dia e outras informações sobre as actividades parlamentares.

SECÇÃO II
Publicidade dos actos da Assembleia

Artigo 135.º
Publicação no Diário da República

1. Os actos da Assembleia Nacional que, nos termos da lei, devem ser publicados no Diário da República são remetidos à Imprensa Nacional pelo Presidente, no mais curto prazo.
2. Qualquer Deputado ou grupo parlamentar pode solicitar a rectificação dos textos dos actos publicados no Diário da República, que, ouvida a Mesa, a remete à Imprensa Nacional em prazo compatível com o legalmente previsto para a publicação de rectificação.

TÍTULO V
Formas de processo

CAPÍTULO I
Processo legislativo

SECÇÃO I
Processo legislativo comum

DIVISÃO I
Iniciativa

Artigo 136.º
Poder de iniciativa

A iniciativa da lei compete aos Deputados, aos grupos parlamentares e ao Governo.

Artigo 137.º
Formas de iniciativa

1. A iniciativa originária da lei toma a forma de projecto de lei quando exercida pelos Deputados ou grupos parlamentares e de proposta de lei quando exercida pelo Governo.
2. A iniciativa superveniente toma a forma de proposta de alteração.

Artigo 138.º

Limites

1. Não são admitidos projectos e propostas de lei ou propostas de alteração que:
 - a) Infrinjam a Constituição ou os princípios nela consignados;
 - b) Não definam concretamente o sentido das modificações a introduzir na ordem legislativa.
2. Os projectos e as propostas de lei definitivamente rejeitados não podem ser renovados na mesma sessão legislativa, salvo nova eleição da Assembleia Nacional.

Artigo 139.º

Limites especiais da iniciativa

Os Deputados e os grupos parlamentares não podem apresentar projectos de lei ou projectos de alteração que envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas do Estado previstas no Orçamento.

Artigo 140.º

Renovação da iniciativa

1. Os projectos e as propostas de lei não votados na sessão legislativa em que foram apresentados não carecerem de serem renovados nas sessões legislativas seguintes, salvo termo da legislatura.
2. As propostas de lei caducam com a demissão do Governo.

Artigo 141.º

Renovação da iniciativa

1. Admitido qualquer projecto ou proposta de lei, ou qualquer proposta de alteração, os seus autores podem retirá-lo até ao termo da discussão.
2. Se outro Deputado ou o Governo adoptar como seu o projecto ou proposta que se pretende retirar, a iniciativa seguirá os termos do Regimento como projecto ou proposta do adoptante.

Artigo 142.º
Exercício da iniciativa

1. Nenhum projecto de lei pode ser subscrito por mais de cinco Deputados.
2. As propostas de lei são subscritas pelo Primeiro-Ministro e pelos ministros competentes em razão da matéria e devem conter a menção de que foram aprovados em Conselho de Ministros.

Artigo 143.º
Requisitos formais dos projectos e propostas de lei

1. Os projectos e propostas de lei devem:
 - a) Ser apresentados por escrito;
 - b) Ser redigidos sob a forma de artigos, eventualmente divididos em números e alíneas;
 - c) Ter a designação que traduza sinteticamente o seu objecto principal;
 - d) Ser precedidos de uma breve justificação ou exposição de motivos.
2. Não são admitidos os projectos e as propostas de lei que hajam preterido o prescrito nas alíneas a) e b) do número anterior.
3. A falta dos requisitos das alíneas c) e d) do n.º 1 implica a necessidade de suprimento, no prazo de cinco dias.

Artigo 144.º
Processo

1. Os projectos e propostas de lei são entregues na Mesa para efeitos de admissão pelo Presidente e de publicação no Diário, nos termos do Regimento.
2. No prazo de 48 horas, o Presidente deve comunicar ao autor ou ao primeiro signatário a decisão de admissão ou rejeição.
3. Os projectos e propostas de lei e as propostas de alteração são registados e numerados pela ordem da sua apresentação.

Artigo 145.º
Recurso

1. Admitido um projecto ou proposta de lei e distribuído à comissão competente, ou rejeitado, o Presidente comunica o facto à Assembleia.

2. Até ao termo da reunião subsequente, qualquer Deputado pode recorrer, por requerimento escrito e fundamentado, da distribuição ou da rejeição.
3. Interposto recurso, o Presidente submete-o à apreciação da comissão pelo prazo máximo de 48 horas.
4. A comissão elabora parecer fundamentado, o qual é agendado para na reunião plenária subsequente ao termo do prazo referido no número anterior.
5. O parecer é lido e votado no Plenário, podendo cada grupo parlamentar produzir uma intervenção de duração não superior a três minutos, salvo decisão da Conferência que aumente o tempo do debate.

Artigo 146.º

Apresentação perante o Plenário

1. Admitido um projecto ou proposta de lei, o seu autor, ou um dos seus autores, tem o direito de o apresentar perante o Plenário.
2. A apresentação é feita no início da discussão na generalidade, por tempo não superior a 20 minutos.
3. Feita a apresentação, há um período de meia hora para pedidos de esclarecimento, sendo dada preferência a Deputados que não pertençam ao partido do apresentante.

Artigo 147.º

Natureza das propostas de alteração

1. As propostas de alteração podem ter a natureza de propostas de emenda, substituição, aditamento ou eliminação.
2. Consideram-se propostas de emenda as que, conservando todo ou parte do texto em discussão, restrinjam, ampliem ou modifiquem o seu sentido.
3. Consideram-se propostas de substituição as que contenham disposição diversa daquela que tenha sido apresentada.
4. Consideram-se propostas de aditamento as que, conservando o texto primitivo e o seu sentido, contenham a adição de matéria nova.
5. Consideram-se propostas de eliminação as que se destinem a suprimir a disposição em discussão.

DIVISÃO II

Apreciação em comissão

Artigo 148.º

Envio de projectos e propostas de lei

1. Admitido qualquer projecto ou proposta de lei, o Presidente envia o seu texto à comissão competente para apreciação.
2. A Assembleia pode constituir uma comissão eventual para apreciação do projecto ou da proposta, quando a sua importância e especialidade o justifiquem.

Artigo 149.º

Determinação da comissão competente

Quando a comissão se considere incompetente para apreciação do texto, deve comunicá-lo, no prazo de três dias, ao Presidente da Assembleia, que submete a questão ao Plenário, ouvida a Comissão de Regimento e Mandatos.

Artigo 150.º

Envio de propostas de alteração

O Presidente pode também enviar à comissão que se tenha pronunciado sobre o projecto ou a proposta de lei qualquer proposta de alteração que afecte os princípios e o sistema do texto a que se refere.

Artigo 151.º

Legislação do trabalho

1. Tratando-se de legislação do trabalho, a comissão promove, através do Presidente da Assembleia, a apreciação do projecto ou proposta pelas comissões de trabalhadores e associações sindicais.
2. No prazo que a comissão fixar, as comissões de trabalhadores e as associações sindicais podem enviar-lhe as sugestões que entenderem convenientes e solicitar a audição de representantes seus.

Artigo 152.º

Prazo de apreciação

1. A comissão pronuncia-se fundamentando devidamente o seu parecer, no prazo assinado pelo Presidente da Assembleia, com direito de recurso do autor ou dos autores para o Plenário.

2. Se nenhum prazo tiver sido assinado, o parecer deve ser apresentado ao Presidente, no caso de projecto ou proposta de lei, até ao 30.º dia e, no caso de proposta de alteração, até ao 3.º dia posterior ao envio do texto à comissão.
3. A comissão pode pedir ao Presidente a prorrogação do prazo, em requerimento fundamentado.
4. No caso de a comissão não apresentar o parecer no prazo inicial ou no da prorrogação, o projecto ou a proposta de lei é submetido a discussão no Plenário, independentemente do parecer.

Artigo 153.º

Projectos ou propostas sobre matérias idênticas

1. Se até metade do prazo assinado à comissão para emitir parecer lhe forem enviados outro ou outros projectos ou propostas sobre a mesma matéria, a comissão deve fazer a sua apreciação conjunta, sem prejuízo da emissão de parecer em separado.
2. Não se verificando a circunstância prevista no número anterior, tem precedência na emissão de parecer o texto ou os textos que tiverem sido primeiramente recebidos.

Artigo 154.º

Textos de substituição

1. A comissão pode apresentar textos de substituição tanto na generalidade como na especialidade, sem prejuízo dos projectos e das propostas de lei a que se refere, quando não retirados.
2. O texto de substituição é discutido na generalidade em conjunto com o texto do projecto proposto e, finda a discussão, procede-se á votação sucessiva dos textos pela ordem da sua apresentação.

Artigo 155.º

Discussão pública

Em razão de especial relevância da matéria, a comissão competente pode propor ao Presidente a discussão pública de projectos ou propostas de lei.

DIVISÃO III

Audição dos órgãos de Governo regional

Artigo 156.º
Audição dos órgãos de Governo da Região do Príncipe

Tratando-se de iniciativa que verse matéria respeitante à Região do Príncipe, o Presidente da Assembleia promove a sua apreciação pelos órgãos do Governo regional.

DIVISÃO IV
Discussão e votação

SUBDIVISÃO I
Disposições gerais

Artigo 157.º
Conhecimento prévio dos projectos, propostas de lei ou de resolução

1. Nenhum projecto, proposta de lei ou de resolução pode ser discutido em reunião plenária sem ter sido publicado no Diário ou distribuído em folhas avulsas aos grupos parlamentares, bem como aos Deputados que o solicitem, com a antecedência mínima de cinco dias.
2. Em caso de urgência, porém, a Conferência pode, por maioria de dois terços, ponderada em função do número de Deputados nela representados, reduzir a antecedência do número anterior para 48 horas no mínimo.
3. O disposto nos números anteriores não prejudica o consenso estabelecido na Conferência no sentido de a discussão em reunião plenária poder ter lugar com dispensa dos prazos estabelecidos.
4. A discussão relativa à autorização para a declaração de guerra ou feitura da paz, bem como para a declaração do estado de sítio e do estado de emergência, pode ter lugar independentemente da observância de qualquer prazo.

Artigo 158.º
Tempo de debate

1. Para a discussão de cada projecto, proposta de lei ou de resolução e apreciação de decreto-lei ou recursos é fixado na Conferência um tempo global, tendo em conta a sua natureza e importância.
2. Este tempo é distribuído proporcionalmente entre os grupos parlamentares, em função do respectivo número de Deputados.
3. A cada grupo parlamentar é garantido um tempo a discutir, que nunca pode ser inferior a cinco minutos.

4. O Governo e o autor da iniciativa em debate têm um tempo de intervenção igual ao do maior grupo parlamentar.

5. O uso da palavra para invocação do Regimento, perguntas à Mesa, requerimentos, recursos e reacções contra ofensas à honra não é considerado nos tempos atribuídos a cada grupo parlamentar.

6. Na falta de fixação do tempo global referido no n.º 1, observa-se o disposto no artigo 110.º e demais disposições reguladoras do uso da palavra e da votação.

Artigo 159.º

Termo de debate

1. Se o debate se efectuar nos termos do artigo 110.º, acabará quando não houver mais oradores inscritos ou quando for aprovado pela maioria dos Deputados presentes requerimento para que a matéria seja dada por discutida.

2. O requerimento previsto no número anterior não é admitido enquanto não tiverem usado da palavra, se a pedirem, dois Deputados de grupos parlamentares diferentes e, havendo já outros inscritos para intervir no debate na generalidade, dois oradores por grupo parlamentar com mais de cinco Deputados e um orador por cada um dos restantes grupos parlamentares e, no debate na especialidade, um orador por cada grupo parlamentar.

Artigo 160.º

Requerimento de baixa à comissão

Até ao anúncio da votação, podem 10 Deputados, pelo menos, requerer a baixa do texto a qualquer comissão para o efeito de nova apreciação no prazo que for designado, não se aplicando neste caso o disposto no artigo 157.º.

SUBDIVISÃO II

Discussão e votação na generalidade

Artigo 161.º

Objecto

1. A discussão na generalidade versa sobre os princípios e o sistema de cada projecto ou proposta de lei.

2. A votação na generalidade versa sobre cada projecto ou proposta de lei.

3. A Assembleia pode deliberar que a discussão e a votação incidam sobre divisão do projecto ou proposta cuja autonomia o justifique.

SUBDIVISÃO III

Discussão e votação na especialidade

Artigo 162.º

Regra geral

Salvo o disposto no Regimento, a discussão e votação na especialidade cabem à componente comissão em razão da matéria.

Artigo 163.º

Avocação pelo Plenário

O Plenário pode deliberar, a todo o tempo, avocar a si a votação na especialidade, a requerimento de, pelo menos cinco Deputados.

Artigo 164.º

Objecto

1. A discussão na especialidade versa sobre cada artigo, podendo a Assembleia deliberar que se faça sobre mais de um artigo simultaneamente, ou, com fundamento na complexidade da matéria ou das propostas de alteração apresentadas, que se faça por números.
2. A votação na especialidade versa sobre cada artigo, número ou alínea.

Artigo 165.º

Ordem da votação

1. A ordem da votação é a seguinte:
 - a) Propostas de eliminação;
 - b) Propostas de substituição;
 - c) Propostas de emenda;
 - d) Texto discutido, com as alterações eventualmente já aprovadas;
 - e) Propostas de aditamento ao texto votado.
2. Quando haja duas ou mais propostas de alteração da mesma natureza, são submetidas à votação pela ordem da sua apresentação.

Artigo 166.º

Requerimento de adiamento da votação

A requerimento de cinco Deputados, a votação na especialidade é adiada para a reunião plenária imediata, sem prejuízo da discussão e votação das disposições seguintes.

Artigo 167.º

Avocação pelo Plenário

No caso de votação na especialidade pela comissão, o Plenário pode deliberar, a todo o tempo, avocá-la a si, a requerimento de, pelo menos cinco Deputados.

SUBDIVISÃO IV

Votação final global

Artigo 168.º

Votação final global

1. Finda a discussão e votação na especialidade, procede-se à votação final global.
2. Se aprovado em comissão, o texto é enviado ao Plenário para votação final global na Segunda reunião posterior à sua publicação no Diário ou à sua distribuição em folhas avulsas aos grupos parlamentares.
3. A votação global não é precedida de discussão, podendo cada grupo parlamentar produzir uma declaração de voto oral por tempo não superior a três minutos, sem prejuízo da faculdade de apresentação por qualquer Deputado ou grupo parlamentar de uma declaração de voto escrita nos termos do artigo 107.º.
4. Tendo lugar sucessivamente várias votações finais globais, a declaração de voto oral a que se refere o número anterior só será produzida no termo dessas votações, podendo incidir sobre todas ou algumas delas, mas sem exceder o tempo limite de três minutos, se referente a uma só votação.

DIVISÃO V

Redacção final

Artigo 169.º

Redacção final

1. A redacção final dos projectos e propostas de lei aprovados incumbe à comissão competente ou, no caso de mais de uma comissão se ter pronunciado sobre os mesmos, àquela que o Presidente determinar.

2. A comissão não pode modificar o pensamento legislativo, devendo limitar-se a aperfeiçoar a sistematização do texto e o seu estilo, mediante deliberação sem votos contra.
3. A redacção final efectua-se no prazo que a Assembleia ou o Presidente estabeleçam ou, na falta de fixação, no prazo de cinco dias.
4. Concluída a elaboração do texto, este é publicado no Diário.

Artigo 170.º

Reclamações

1. Cinco Deputados, pelo menos, podem reclamar contra inexactidões até à terceira reunião plenária posterior ao dia da publicação do texto da redacção final no Diário.
2. O Presidente decide as reclamações no prazo de 24 horas, podendo os Deputados reclamantes recorrer para o Plenário até à reunião imediata à do anúncio da decisão.
3. Se o texto só puder ser publicado fora do período normal de funcionamento da Assembleia ou durante as suspensões desta, os poderes do Plenário previstos neste artigo são exercidos pela Comissão Permanente.

Artigo 171.º

Texto definitivo

Considera-se definitivo o texto sobre o qual não tenham recaído reclamações ou depois de elas terem sido decididas.

DIVISÃO VI

Promulgação e segunda deliberação

Artigo 172.º

Leis da Assembleia Nacional

Os projectos e as propostas de lei aprovados denominam-se leis da Assembleia Nacional e são enviadas ao Presidente da República para promulgação.

Artigo 173.º

Segunda deliberação

1. No caso de exercício de direito de veto pelo Presidente da República, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º da Constituição, a nova apreciação do diploma efectua-se a partir do 30.º dia posterior ao da recepção da mensagem

fundamentada, em reunião marcada pelo Presidente da Assembleia, por sua iniciativa ou de um quinto dos Deputados.

2. Na discussão na generalidade apenas intervêm, e uma só vez, um dos autores do projecto ou da proposta e um Deputado por cada grupo parlamentar.

3. A votação na generalidade versa sobre a confirmação da lei da Assembleia Nacional.

4. Só há discussão na especialidade se até ao termo do debate na generalidade forem apresentadas propostas de alteração, incidindo a votação apenas sobre os artigos das propostas.

5. Não carece voltar a comissão, para o efeito da redacção final, o texto que na segunda deliberação não sofra alterações.

Artigo 174.º

Efeitos da deliberação

1. Se a Assembleia confirmar o voto, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º da Constituição, a lei é enviada ao Presidente da República para promulgação no prazo de oito dias a contar da sua recepção.

2. Se a Assembleia introduzir alterações, a nova lei é enviada ao Presidente da República para promulgação.

3. Se a Assembleia não confirmar o voto, a iniciativa legislativa não pode ser renovada na mesma sessão legislativa, salvo nova eleição da Assembleia Nacional.

SECÇÃO II

Processos legislativos especiais

DIVISÃO I

Autorização da declaração do estado de sítio ou do estado de emergência

SUBDIVISÃO I

Autorização para a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência

Artigo 175.º

Reunião da Assembleia

1. Tendo o Presidente da República solicitado autorização à Assembleia para a declaração do estado de sítio ou de emergência, nos termos da alínea p) do artigo 76.º e da alínea m) do artigo 86.º da Constituição, o Presidente da Assembleia promove a sua imediata apreciação pelo Plenário ou pela Comissão Permanente,

no caso de a Assembleia não estar reunida nem ser possível a sua reunião imediata.

2. A inscrição na ordem do dia da apreciação do pedido de autorização para a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência, bem como a marcação da reunião do Plenário ou a convocação da Comissão Permanente, tem lugar independentemente de qualquer prazo ou formalidades previstos no Regimento, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 64.º.

Artigo 176.º

Debate

1. Debate tem por base a mensagem do Presidente da República que constitui o pedido de autorização da declaração do estado de sítio ou do estado de emergência.

2. O debate não pode exceder um dia e nele têm direito a intervir, prioritariamente, o Primeiro-Ministro, por uma hora, e um Deputado de cada grupo parlamentar por 30 minutos cada um.

3. A requerimento do Governo ou de um grupo parlamentar, o debate pode ser encerrado logo que um Deputado de cada partido tenha intervindo.

4. A reunião não tem período de antes da ordem do dia.

5. Ao debate na Comissão Permanente aplicam-se, com as devidas adaptações, as disposições constantes dos números anteriores.

Artigo 177.º

Votação

A votação incide sobre a concessão de autorização.

Artigo 178.º

Forma de autorização

A autorização toma a forma de lei quando concedida pelo Plenário e de resolução quando concedida pela Comissão Permanente.

SUBDIVISÃO II

Apreciação da aplicação da declaração do estado de sítio ou do estado de emergência

Artigo 179.º

Apreciação da aplicação

1. Presidente da Assembleia Nacional promove, nos termos constitucionais, a apreciação pelo Plenário da aplicação da declaração do estado de sítio ou do estado de emergência, nos 15 dias subsequentes ao termo destes.

2. Ao debate aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições constantes do artigo 176.º.

DIVISÃO II

Autorização para declarar a guerra e fazer a paz

Artigo 180.º

Reunião da Assembleia

1. Quando o Presidente da República solicitar autorização à Assembleia Nacional para declarar a guerra ou para fazer a paz, nos termos da alínea n) do artigo 86.º da Constituição, o Presidente da Assembleia promove a sua imediata apreciação pelo Plenário ou pela Comissão Permanente, no caso de a Assembleia não estar reunida nem ser possível a sua reunião imediata.

2. A inscrição da ordem do dia da apreciação do pedido de autorização para a declaração da guerra ou para a feitura da paz, bem como a marcação da reunião do Plenário ou a convocação da Comissão Permanente tem lugar, independentemente de qualquer prazo ou formalidades previstos no Regimento, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 64.º.

Artigo 181.º

Debate

1. Debate não pode exceder um dia e é iniciado e encerrado por intervenções do Primeiro-Ministro, com a duração máxima de uma hora cada.

2. No debate tem direito a intervir um Deputado de cada grupo parlamentar.

3. A requerimento do Governo ou de grupo parlamentar, o debate pode ser encerrado logo que um Deputado de cada partido tenha intervindo.

4. A reunião não tem período de antes da ordem do dia.

5. Ao debate na Comissão Permanente aplica-se, com as devidas adaptações, as disposições constantes dos números anteriores.

Artigo 182.º

Votação

A votação incide sobre a concessão da autorização.

Artigo 183.º

Forma de autorização

A autorização toma norma de resolução.

Artigo 184.º

Convocação imediata da Assembleia

Sempre que a autorização para a declaração da guerra ou para a feitura da paz seja concedida pela Comissão Permanente, esta convoca de imediato a Assembleia para reunir no mais curto prazo possível, para efeito da sua ratificação.

Artigo 185.º

Duração do debate

O debate não pode exceder um dia, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 175.º.

DIVISÃO III

Autorizações legislativas

Artigo 186.º

Objecto

1. A Assembleia Nacional pode autorizar o Governo a fazer decretos-lei, nos termos do artigo 89.º da Constituição.
2. A lei da autorização deve definir o objecto, o sentido, a extensão e a duração da autorização.
3. A duração da autorização legislativa pode ser prorrogada por período determinado, mediante nova lei.

Artigo 187.º

Regras especiais

1. Nas autorizações legislativas observam-se as seguintes regras especiais:
 - a) A iniciativa originária e da exclusiva competência do Governo;
 - b) Não há exame em comissão.

CAPÍTULO II

Apreciação de decretos-lei

Artigo 188.º

Requerimento de apreciação de decretos-lei

1. O requerimento de apreciação de decretos-lei para efeito de alteração ou de recusa de ratificação deve ser subscrito por 10 Deputados e apresentado por escrito na Mesa nas primeiras 10 reuniões plenárias subsequentes à publicação.
2. O requerimento deve indicar o decreto-lei e a sua data de publicação, bem como, tratando-se de decreto-lei no uso de autorização legislativa, a respectiva lei.
3. À admissão do requerimento são aplicáveis as regras dos artigos 143.º e 144.º, com as devidas adaptações.

Artigo 189.º

Suspensão de vigência

Requerida a apreciação, e no caso de serem apresentadas propostas de alteração, a Assembleia pode suspender, no todo ou em parte, mediante resolução, a vigência do decreto-lei até à publicação da lei que o vier a alterar ou até a rejeição de todas aquelas propostas.

Artigo 190.º

Discussão na generalidade

1. O decreto-lei é apreciado pela Assembleia Nacional, não havendo exame em comissão.
2. O debate é aberto por um dos autores do requerimento, tendo o Governo direito a intervir.
3. O debate não pode exceder duas reuniões plenárias.

Artigo 191.º

Votação e forma

1. A votação na generalidade incide sobre a recusa de ratificação.
2. A recusa de ratificação toma a forma de resolução.

Artigo 192.º

Recusa de ratificação

No caso de recusa de ratificação, o decreto-lei deixa de vigorar no dia da publicação da resolução no Diário da República, não podendo o decreto-lei voltar a ser publicado no decurso da mesma sessão legislativa.

Artigo 193.º

Repristinação

A resolução deve especificar se a recusa de ratificação implica a repristinação das normas eventualmente revogadas pelo diploma em causa.

Artigo 194.º

Alteração do decreto-lei

1. As propostas de alteração podem ser apresentadas até ao termo da discussão na generalidade, sem prejuízo da apresentação de novas propostas relativas aos artigos objecto de discussão e votação na especialidade.
2. Salvo deliberação da Assembleia, o decreto-lei aprovado na generalidade, bem como as respectivas propostas de alteração, baixam à comissão competente para se proceder à discussão e votação na especialidade no prazo máximo de cinco dias, se outro não for fixado no Plenário.
3. Se forem aprovadas alterações, o decreto-lei fica modificado nos termos de lei na qual elas se traduzem.
4. Se forem rejeitadas todas as propostas de alteração e a vigência do decreto-lei se encontrar suspensa, o Presidente remete para publicação no Diário da República a declaração do termo da suspensão.

Artigo 195.º

Revogação do decreto-lei

1. Se o Governo, em qualquer momento, revogar o decreto-lei objecto de apreciação, o respectivo processo é automaticamente encerrado.
2. Se a revogação ocorrer durante o debate na especialidade, pode, porém, qualquer Deputado adoptar o decreto-lei como projecto de lei, nos termos do n.º 2 do artigo 141.º.

CAPÍTULO III

Aprovação de tratados

Artigo 196.º

Iniciativa

1. Os tratados sujeitos à aprovação da Assembleia Nacional, nos termos da alínea j) do artigo 86.º da Constituição, são enviados pelo Governo à Assembleia.
2. O Presidente da Assembleia manda publicar o texto do tratado no Diário e submete-o à apreciação da comissão competente em razão da matéria e, se for caso disso, de outras comissões.
3. Quando a tratado diga respeito à Região do Príncipe, o texto é remetido aos respectivos órgãos de Governo próprio, a fim de sobre ele se pronunciarem.

Artigo 197.º

Exame em comissão

1. A comissão emite parecer no prazo de 30 dias, se outro não for solicitado pelo Governo ou estabelecido pelo Presidente da Assembleia.
2. A título excepcional, e por motivo relevante de interesse nacional, pode o Governo requerer ao Presidente da Assembleia que algumas reuniões da comissão sejam secretas.

Artigo 198.º

Discussão e votação

1. A discussão do tratado no Plenário é feita na generalidade e na especialidade.
2. Finda a discussão, procede-se à votação global do tratado.

Artigo 199.º

Efeitos da votação

1. Se o tratado for aprovado, será enviado ao Presidente da República para ratificação.
2. A resolução de aprovação ou rejeição do tratado é mandada publicar no Diário da República pelo Presidente da Assembleia.

Artigo 200.º

Resolução de aprovação

A resolução de aprovação do tratado contém o texto do tratado.

CAPÍTULO IV
Processos do plano, do Orçamento e das Contas Públicas

SECÇÃO I
Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado

Artigo 201.º

Apresentação das propostas de lei

1. A proposta de lei das Grandes Opções do Plano referente a cada ano é apresentada à Assembleia no prazo legalmente fixado.
2. O Primeiro-Ministro remeterá ao Presidente da Assembleia Nacional, até 15 de Novembro de cada ano, o projecto de lei do Orçamento de Estado para o ano económico seguinte, com a sua documentação anexa.
3. Com as adaptações aplicáveis ao caso, na apreciação e no debate do Orçamento do Estado observam-se as disposições dos artigos 158.º, 215.º e 216.º deste Regimento.

Artigo 202.º

Conhecimento

1. Admitida qualquer das propostas, o Presidente ordena a sua publicação no Diário e a distribuição imediata a todos os grupos parlamentares, bem como aos Deputados que o solicitem.
2. As propostas são igualmente remetidas à comissão competente em razão da matéria e as restantes comissões especializadas permanentes para efeitos de elaboração de parecer.
3. É igualmente publicado no Diário e remetido à comissão o parecer que o órgão competente do Governo tenha enviado à Assembleia.

Artigo 203.º

Exame pelas comissões

1. As comissões enviam à comissão competente em razão da matéria, no prazo de 20 dias, parecer fundamentado relativamente às duas propostas de lei.
2. A referida comissão elabora o parecer final sobre as propostas de lei no prazo de 10 dias a contar do termo do prazo previsto no n.º 1, anexando os pareceres recebidos das outras comissões.

3. Para efeitos de apreciação das propostas de lei nos prazos previstos nos números 1 e 2, as comissões marcam as reuniões que julguem necessárias com a participação de membros do Governo.

Artigo 204.º
Agendamento

Esgotado o prazo de apreciação pelas comissões, as propostas de lei são agendadas para discussão, nos termos do artigo 71.º.

Artigo 205.º
Debate na generalidade

1. O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado tem a duração mínima de dois dias e a máxima de cinco, observando-se o disposto no artigo 158.º.
2. O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.
3. Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.
4. Durante o debate as reuniões não período de antes da ordem do dia.

Artigo 206.º
Votação na generalidade

No termo do debate são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado.

Artigo 207.º
Debate na especialidade

1. O debate na especialidade das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado não pode exceder dez dias, sendo o deste último organizado de modo a discutir-se, sucessivamente, o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo.
2. Para efeitos do n.º 1, as reuniões da comissão são públicas, sendo o debate integralmente registado e publicado.
3. Caso o Plenário use da faculdade prevista no artigo 163.º, o debate na especialidade das mencionadas propostas de lei não pode exceder três dias.

Artigo 208.º
Votação final global

As propostas de lei são objecto de votação final global.

Artigo 209.º
Redacção final

A redacção final incumbe à comissão competente em razão da matéria, que dispõe, para o efeito, de um prazo de três dias.

SECÇÃO II
Conta Geral do Estado, relatórios de execução do Plano e outras contas públicas

Artigo 210.º
Apresentação

1. A Conta Geral do Estado e o relatório de execução do Plano são apresentados conjuntamente pelo Governo à Assembleia Nacional até 31 de Dezembro do ano seguinte àquele a que respeitar.
2. A Conta Geral do Estado é apresentada à Assembleia Nacional instruída com o relatório do Tribunal de Contas, se estiver elaborado, e os demais elementos necessários à sua apreciação.

Artigo 211.º
Parecer

1. A Conta Geral do Estado e os relatórios de execução do Plano são remetidos às comissões competentes para efeitos de elaboração de parecer.
2. À comissão formalmente competente compete elaborar o parecer final, anexando os pareceres emitidos pelas outras comissões

Artigo 212.º
Apreciação pelo Plenário

Recebidos os pareceres mencionados no artigo anterior, o Presidente agenda, no prazo de 30 dias, a apreciação da Conta Geral do Estado e dos relatórios de execução do Plano.

Artigo 213.º
Contas e outras entidades públicas

As disposições dos artigos anteriores são aplicáveis, com as devidas adaptações, à apreciação das contas das demais entidades públicas que, nos termos da lei, as devem submeter à Assembleia Nacional.

CAPÍTULO V
Processo de orientação e fiscalização política

SECÇÃO I
Apreciação do Programa do Governo

Artigo 214.º
Reunião da Assembleia Nacional

1. A reunião da Assembleia para apresentação do Programa do Governo é fixada pelo Presidente da Assembleia, de acordo com o Primeiro-Ministro.
2. Se a Assembleia Nacional não se encontrar em funcionamento efectivo, será obrigatoriamente convocada pelo Presidente.
3. O debate não pode exceder três dias de reuniões consecutivas.

Artigo 215.º
Apreciação do Programa

1. O Programa do Governo é submetido à apreciação da Assembleia Nacional através de uma declaração do Primeiro-Ministro.
2. Finda a apresentação, há um período para pedidos de esclarecimento por Deputados dos grupos parlamentares.

Artigo 216.º
Debate

1. O debate sobre o Programa do Governo inicia-se findos os esclarecimentos previstos no artigo anterior ou, a solicitação de qualquer Deputado, no prazo máximo de 48 horas após a distribuição do texto do Programa.
2. O debate é organizado pela Conferência, nos termos do artigo 158.º.
3. Durante o debate sobre o Programa do Governo, as reuniões da Assembleia não tem período de antes da ordem do dia.

4. O debate termina com as intervenções de um Deputado de cada grupo parlamentar e do Primeiro-Ministro, que o encerra.

Artigo 217.º

Rejeição do Programa e voto de confiança

1. Até ao encerramento do debate, e sem prejuízo deste, pode qualquer grupo parlamentar propor a rejeição do Programa ou o Governo solicitar a aprovação de um voto de confiança.

2. Encerrado o debate, procede-se na mesma reunião e após o intervalo máximo de uma hora, se requerido por qualquer grupo parlamentar, à votação das moções de rejeição do Programa e de confiança.

3. Até à votação, as moções de rejeição ou de confiança podem ser retiradas.

4. Se for apresentada mais de uma moção de rejeição do Programa, a votação realizar-se-á pela ordem da sua apresentação, sem prejuízo da eventual não aprovação de qualquer delas.

5. A rejeição do Programa do Governo exige maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

6. O Presidente da Assembleia comunica ao Presidente da República, de acordo com o disposto na alínea e) do artigo 86.º da Constituição, a aprovação da ou das moções de rejeição ou a não aprovação da moção de confiança.

SECÇÃO II

Moções de confiança

Artigo 218.º

Reunião da Assembleia

1. Se o Governo solicitar à Assembleia Nacional a aprovação de um voto de confiança sobre uma declaração de política geral ou sobre qualquer assunto relevante de interesse nacional, a discussão iniciar-se-á no terceiro dia parlamentar subsequente à apresentação do requerimento do voto de confiança ao Presidente da Assembleia.

2. Fora do funcionamento efectivo da Assembleia Nacional, o requerimento do Governo só determina a convocação do Plenário, mediante prévia deliberação da Comissão Permanente, nos termos do artigo 61.º do Regimento

Artigo 219.º

Debate

1. O debate não pode exceder três dias e durante ele as reuniões da Assembleia não têm período de antes da ordem do dia.
2. São aplicáveis à discussão das moções de confiança as regras constantes do artigo 162.º.
3. Aplicam-se ainda as regras constantes do artigo 215.º e do n.º 4 do artigo 216.º.
4. A moção de confiança pode ser retirada, no todo ou em parte, pelo Governo até ao fim do debate.

Artigo 220.º

Moção de confiança

1. Encerrado o debate, procede-se à votação da moção de confiança na mesma reunião e após intervalo de uma hora, se requerido por qualquer grupo parlamentar.
2. Se a moção de confiança não for aprovada, o facto será comunicado pelo Presidente da Assembleia ao Presidente da República.

SECÇÃO III

Moções de censura

Artigo 221.º

Iniciativa

Pode apresentar moções de censura ao Governo sobre a execução do seu Programa ou assunto relevante de interesse nacional, um quarto dos Deputados em efectividade de funções ou qualquer grupo parlamentar.

Artigo 222.º

Debate

1. O debate inicia-se no terceiro dia parlamentar subsequente à apresentação da moção de censura, não pode exceder três dias e durante ele as reuniões da Assembleia não têm período de antes da ordem do dia.
2. O debate é aberto e encerrado pelo primeiro dos signatários da moção.
3. O Primeiro-Ministro tem o direito de intervir imediatamente após e antes das intervenções previstas no número anterior.

4. São aplicáveis ao debate as regras do artigo 158.º.
5. A moção de censura pode ser retirada até ao termo do debate.

Artigo 223.º

Moção de censura

1. Encerrado o debate, procede-se à votação na mesma reunião e após intervalo de uma hora, se requerido por qualquer grupo parlamentar.
2. A moção de censura só se considera aprovada quando tiver obtido os votos da maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.
3. Se a moção de censura não for aprovada, os seus signatários não poderão apresentar outra durante a mesma sessão legislativa.
4. No caso de aprovação de uma moção de censura, o Presidente da Assembleia comunica o facto ao Presidente da República, de acordo com o disposto na alínea e) do artigo 86.º da Constituição.

SECÇÃO IV

Perguntas ao Governo

Artigo 224.º

Perguntas ao Governo

1. Em reuniões plenárias para o efeito marcadas, os Deputados podem formular oralmente perguntas aos membros do Governo.
2. O objecto das perguntas é definido, pelo menos com oito dias de antecedência, pelos grupos parlamentares.
3. Indicado o objecto das perguntas, o Presidente manda distribuir imediatamente cópia a todos os grupos parlamentares e publicar o seu teor no Diário.

Artigo 225.º

Data das reuniões

1. As perguntas ao Governo serão feitas em reuniões quinzenais para esse fim designadas e que não terão período de antes da ordem do dia.
2. As datas dessas reuniões, a estabelecer por acordo com o Governo, são fixadas na Conferência.

3. Estabelecida a data, será esta anunciada aos Deputados na reunião plenária que estiver a decorrer ou na que se seguir.

Artigo 226.º

Distribuição das perguntas e organização das respostas

1. Cada grupo parlamentar pode formular uma pergunta por cada conjunto de cinco Deputados ou fracção que o componha.
2. Para formular perguntas, cada grupo parlamentar pode inscrever Deputados nos termos do número anterior.
3. O Governo escolhe as matérias a que responde, dando indicação da sua escolha e dos membros do Governo encarregados de responder até a sessão anterior àquela em que se realiza a das perguntas.

Artigo 227.º

Uso de palavra

1. Os Deputados inscritos enunciam cada pergunta por tempo não superior a três minutos.
2. O membro do Governo responde por tempo não superior a cinco minutos.
3. O Deputado interrogante tem o direito de, imediatamente, pedir esclarecimentos sobre a resposta por tempo não superior a três minutos.
4. O membro do Governo, se assim o entender, responde ao pedido de esclarecimento por tempo não superior a três minutos.
5. Pode ser estabelecido o regime de tempo global, adoptando-se, com as necessárias adaptações, as respectivas regras.

SECÇÃO V

Debate sobre assuntos relevantes de interesse nacional

Artigo 228.º

Reunião da Assembleia

1. Quando o Governo proponha à Assembleia um debate sobre qualquer assunto relevante de interesse nacional ou quando ele houver lugar por força de disposição legal, a Assembleia delibera, em prazo não superior a dez dias, sobre a sua realização ou agendamento.
2. O debate efectua-se nos termos fixados pela Conferência, observando-se o disposto no artigo 162.º.

SECÇÃO VI

Apreciação do relatório anual de actividade do Governo

Artigo 229.º

Apreciação e tempo de debate

1. O Primeiro-Ministro deve enviar ao Presidente da Assembleia Nacional o relatório anual de actividades do Governo 30 dias antes da data marcada para a sessão que for agendada para a sua apreciação.
2. Com as adaptações aplicáveis ao caso, na apreciação e no debate do relatório observam-se as disposições dos artigos 158.º, 215.º e 216.º deste Regimento.

SECÇÃO VII

Requerimentos

Artigo 230.º

Requerimentos

Os requerimentos apresentados pelos Deputados solicitando ao Governo ou aos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato, são numerados, publicados e remetidos pelo Presidente à entidade competente

Artigo 231.º

Requerimentos não respondidos

A lista dos requerimentos não respondidos é publicada semestralmente no Diário.

SECÇÃO VIII

Petições

Artigo 232.º

Forma

1. O direito de petição previsto no artigo 59.º da Constituição exerce-se perante a Assembleia Nacional por meio de petições, representações, reclamações ou queixas dirigidas por escrito ao Presidente.
2. O autor ou os autores da petição deverão estar devidamente identificados, com indicação do nome e morada, podendo a comissão competente solicitar-lhes o fornecimento de elementos complementares de identificação, tais como idade, estado civil e profissão.

3. Se a comissão competente da Assembleia o achar conveniente ou necessário, o autor ou autores da petição poderão ser por ela ouvidos.

Artigo 233.º

Admissão

1. A admissão das petições, bem como a sua clarificação por assuntos, compete ao Presidente, que pode delegar num dos Vice-Presidentes.

2. São rejeitadas as petições cujo autor ou cujos autores se não encontrarem devidamente identificados, nos termos do n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 234.º

Seguimento

1. Uma vez admitidas e numeradas, as petições são enviadas à comissão competente.

2. Cabe à Comissão Permanente pronunciar-se sobre as petições entradas fora do período normal de funcionamento da Assembleia.

Artigo 235.º

Exame pela comissão

1. A comissão examina a petição no prazo de 60 dias.

2. A comissão elabora um relatório, dirigido ao Presidente, o qual contém a indicação das providências julgadas adequadas.

Artigo 236.º

Publicação

1. São publicadas na íntegra as petições:

a) Assinadas por mais de 200 cidadãos;

b) Que o Presidente ou a comissão competente entenda que devem ser publicadas.

2. São igualmente publicados os relatórios a que a comissão competente entenda dar publicidade.

Artigo 237.º

Comunicação ao autor ou aos autores da petição

O Presidente da Assembleia comunica ao autor ou ao primeiro dos autores da petição o relatório da comissão e as diligências subsequentes que tenham sido adoptadas.

SECÇÃO IX

Inquéritos

Artigo 238.º

Objecto

1. Os inquéritos parlamentares têm por objecto o cumprimento da Constituição e das leis e a apreciação dos actos do Governo e da Administração.
2. Qualquer requerimento ou proposta tendente à realização de inquérito deve indicar os seus fundamentos e delimitar o seu âmbito, sob pena de rejeição liminar pelo Presidente.

Artigo 239.º

Iniciativa

1. A iniciativa de inquérito compete:
 - a) Aos grupos parlamentares;
 - b) Às comissões;
 - c) A cinco Deputados pelo menos;
 - d) Ao Primeiro-Ministro.
2. As comissões parlamentares de inquérito são obrigatoriamente constituídas sempre que tal seja requerido por um décimo dos Deputados em efectividade de funções
3. No caso previsto no número anterior, o Presidente toma as providências necessárias para que a composição, tomada de posse e entrada em funções da comissão de inquérito se processe até ao 8.º dia posterior à publicação do requerimento no Diário.

Artigo 240.º

Apreciação do inquérito parlamentar

1. A Assembleia pronuncia-se sobre o requerimento ou a proposta até ao 30.º dia posterior ao da sua publicação no Diário ou à sua distribuição em folhas avulsas aos grupos parlamentares.

2. No debate intervêm um dos requerentes ou proponentes do inquérito, o Primeiro-Ministro ou outro membro do Governo e um representante de cada grupo parlamentar.

Artigo 241.º

Deliberação

1. Deliberada a realização do inquérito, é constituída, nos termos do artigo 52.º, uma comissão eventual encarregada de a ele proceder.

2. A Assembleia fixa a data limite em que a comissão deverá apresentar o relatório do inquérito.

3. Se o relatório não for apresentado no prazo fixado, a comissão deverá justificar a falta e solicitar à Assembleia a prorrogação do prazo.

Artigo 242.º

Poderes da comissão parlamentar de inquérito

As comissões parlamentares de inquérito gozam dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e demais poderes e direitos previstos na lei.

Artigo 243.º

Relatório da comissão

A comissão elabora um relatório, que apresenta ao Presidente, a fim de ser publicado no Diário.

Artigo 244.º

Apreciação do relatório

1. Até 30 dias após a publicação do relatório, o Presidente inclui a sua apreciação na ordem do dia.

2. O debate é generalizado.

3. A Assembleia delibera sobre a publicação integral ou parcial das actas da comissão.

4. Juntamente com o relatório, a Assembleia aprecia os projectos de resolução que lhe sejam apresentados.

CAPÍTULO VI

Processos relativos a outros órgãos

SECÇÃO I

Processos relativos ao Presidente da República

DIVISÃO I

Posse do Presidente da República

Artigo 245.º
Reunião da Assembleia

1. A Assembleia Nacional reúne especialmente para a posse do Presidente da República, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Constituição.
2. Se a Assembleia não estiver em funcionamento efectivo, reúne-se por iniciativa da Comissão Permanente ou, na impossibilidade desta e em caso de grave emergência, por iniciativa de mais de metade dos Deputados.

Artigo 246.º
Formalidades

1. Feita a chamada e aberta a reunião, o Presidente da Assembleia suspende-a para receber o Presidente da República eleito e os convidados.
2. Reaberta a reunião, o Presidente da Assembleia manda ler a acta de apuramento geral da eleição por um dos Secretários da Mesa.
3. O Presidente da República eleito presta o juramento estabelecido no artigo 69.º da Constituição, após o que se executa o Hino Nacional.
4. O auto de posse é assinado pelo Presidente da República e pelo Presidente da Assembleia.

Artigo 247.º
Actos subsequentes

1. Após a assinatura do auto de posse, o Presidente da Assembleia saúda o novo Presidente da República.
2. Querendo, o Presidente da República responde, em mensagem dirigida à Assembleia, nos termos da alínea f) do artigo 76.º da Constituição.
3. Após as palavras do Presidente da República, o Presidente da Assembleia declara encerrada a reunião, sendo de novo executado o Hino Nacional.

DIVISÃO II
Assentimento para a ausência do

Presidente da República do território nacional

Artigo 248.º

Iniciativa

1. O Presidente da República solicita o assentimento da Assembleia Nacional para se ausentar do território nacional, por meio de mensagem e a ela dirigida, nos termos do artigo 79.º e da alínea f) do artigo 76.º da Constituição.

2. Se a Assembleia não se encontrar em funcionamento, o assentimento é dado pela Comissão Permanente, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição.

Artigo 249.º

Exame em comissão

Logo que recebida a mensagem do Presidente da República, e no caso de a Assembleia se encontrar em funcionamento efectivo, o Presidente da Assembleia promove a convocação da comissão competente em razão da matéria, assinando-lhe um prazo para emitir parecer.

Artigo 250.º

Discussão

A discussão em reunião plenária tem por base a mensagem do Presidente da República e nela tem direito de intervir o Governo e um Deputado por cada grupo parlamentar.

Artigo 251.º

Forma do acto

A deliberação da Assembleia toma a forma de resolução.

DIVISÃO III

Renúncia do Presidente da República

Artigo 252.º

Reunião da Assembleia

1. No caso de renúncia do Presidente da República, a Assembleia reúne-se para tomar conhecimento da mensagem, no prazo de 48 horas após a sua recepção.

2. Não há debate.

DIVISÃO IV

Acusação do Presidente da República

Artigo 253.º

Iniciativa

1. Cabe à Assembleia Nacional a iniciativa do processo contra o Presidente da República por crimes praticados no exercício das suas funções.
2. A proposta de instauração do processo deve ser formulada por um quinto dos Deputados em efectividade de funções.

Artigo 254.º

Constituição de comissão especial

A Assembleia deve constituir uma comissão especial a fim de elaborar relatório no prazo que lhe for assinado.

Artigo 255.º

Discussão e votação

1. Recebido o relatório da comissão, o Presidente da Assembleia marca, dentro de 48 horas subsequentes, reunião plenária para dela se ocupar, que não tem período de antes da ordem do dia.
2. No termo do debate, o Presidente põe à votação a questão da iniciativa do processo, a qual depende de deliberação aprovada por maioria de dois terços dos Deputados em efectividade de funções.

SECÇÃO II

Efectivação da responsabilidade criminal dos membros do Governo

Artigo 256.º

Discussão e votação

Movido procedimento criminal contra algum membro do Governo e indiciado este definitivamente por despacho de pronúncia ou equivalente, salvo no caso de crime punível com pena maior, a Assembleia decide, ouvindo o Conselho de Ministros, se o membro do Governo deve ou não ser suspenso, para efeito do seguimento do processo.

SECÇÃO III

Designação de titulares de cargos exteriores à Assembleia

Artigo 257.º

Eleição

1. A Assembleia Nacional elege, nos termos estabelecidos na Constituição ou na lei, os titulares dos cargos exteriores à Assembleia cuja designação lhe compete.
2. Na falta de disposição constitucionais ou legais directamente aplicáveis, observa-se o disposto nos artigos seguintes.

Artigo 258.º

Apresentação de candidaturas

1. As candidaturas são apresentadas por um mínimo de dois e um máximo de seis Deputados.
2. A apresentação é feita perante o Presidente até ao termo da reunião anterior àquela em que tiver lugar a eleição, acompanhada de declaração de aceitação da candidatura.

Artigo 259.º

Sufrágio

1. Considera-se eleito o candidato que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos.
2. Se nenhum dos candidatos obtiver esse número de votos, proceder-se-á a segundo sufrágio, ao qual concorrerão os dois candidatos mais votados cuja candidatura não tenha sido retirada.

Artigo 260.º

Sistema de representação proporcional

1. Sempre que se aplica o sistema de representação proporcional, a eleição é por lista completa, adoptando-se o método da média mais alta de Hondt.
2. Quando seja eleito um candidato que seja, pertença ou venha a pertencer por inerência ao órgão a que se refere a eleição, é chamado a efectividade de funções o primeiro candidato não eleito da respectiva lista.

Artigo 261.º

Reabertura do processo

No caso de não eleição de candidatos, o processo é reaberto em relação aos lugares ainda não preenchidos no prazo máximo de 15 dias.

CAPÍTULO VII

Processo de urgência

Artigo 262.º

Objecto

Pode ser objecto de processo de urgência qualquer projecto ou proposta de lei ou de resolução

Artigo 263.º

Deliberação da urgência

1. A iniciativa da adopção de processo de urgência compete a qualquer Deputado ou grupo parlamentar e ao Governo.
2. O Presidente envia o pedido de urgência à comissão competente, que o aprecia e elabora um parecer fundamentado no prazo de 48 horas.
3. Elaborado o parecer, o Plenário pronuncia-se sobre a urgência, sendo o debate organizado pela Conferência nos termos do artigo 158.º.

Artigo 264.º

Parecer da comissão

1. Do parecer da comissão consta a organização do processo legislativo do projecto ou proposta de lei ou de resolução para a qual tenha sido pedida a urgência, podendo propor:
 - a) A dispensa do exame em comissão ou a redução do respectivo prazo;
 - b) A redução do número de intervenções e de duração do uso da palavra dos Deputados e do Governo;
 - c) A dispensa do envio à comissão para a redacção final ou a redução do respectivo prazo.
2. Se a comissão não apresentar nenhuma proposta de organização do processo legislativo, este terá a tramitação que for definida na Conferência, nos termos do artigo 158.º.

Artigo 265.º

Regra supletiva

Declarada a urgência, se nada tiver sido determinado nos termos do artigo anterior, o processo legislativo tem a tramitação seguinte:

- a) O prazo para exame em comissão é, no máximo, de cinco dias;
- b) O prazo para a redacção final é de dois dias.

TÍTULO VI

Tipologia e formulário dos actos

CAPÍTULO I

Tipos de actos

Artigo 266.º

Actos da Assembleia Nacional e da Mesa

1. Os actos da Assembleia Nacional com eficácia externa assumem a forma de lei, moção e resolução.
2. Os actos da Mesa com eficácia externa assumem a forma de deliberação.

Artigo 267.º

Leis

1. Revestem a forma de lei de revisão constitucional os actos a que se refere o n.º 1 do artigo 123.º da Constituição.
2. Revestem a forma de lei os actos da Assembleia Nacional adoptados no exercício da sua competência legislativa e bem assim os demais actos referidos neste Regimento.

Artigo 268.º

Resoluções

Revestem a forma de resolução os actos que, nos termos deste Regimento, não devam assumir a forma de lei ou de moção.

CAPÍTULO II

Formulário dos actos

Artigo 269.º

Tipos de formulário

As leis obedecem ao seguinte formulário:

A anteceder o articulado, após a indicação do respectivo número e do preâmbulo, nos casos em que tal se justifique, segue-se a fórmula: “A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 86.º da Constituição o seguinte:”. Após o texto, seguir-se-ão, por ordem, a menção da data da aprovação, a assinatura do

Presidente da Assembleia Nacional, a menção da data de promulgação, a injunção da publicação e a assinatura do Presidente da República.

Artigo 270.º

Formulário das resoluções

As resoluções obedecem ao seguinte formulário:

A anteceder o articulado, após a indicação do respectivo número e do preâmbulo, nos casos em que tal se justifique, segue-se a fórmula: “A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) do artigo 86.º da Constituição, o seguinte:”. Após o texto, seguir-se-ão, por ordem, a menção da data de aprovação, a injunção da publicação e a assinatura do Presidente da Assembleia Nacional.

Artigo 271.º

Formulário das moções

1. As moções de confiança obedecem ao seguinte formulário:

A anteceder o texto da moção, vem a fórmula: “A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea r) do artigo 86.º da Constituição, a seguinte moção de confiança:”. Após o texto da moção, seguir-se-ão, por ordem, a menção da data de votação e a assinatura do Presidente da Assembleia Nacional.

2. Tratando-se de moções de censura, a fórmula é a seguinte: “A Assembleia Nacional vota nos termos da alínea r) do artigo 86.º da Constituição, a seguinte moção de censura:”. Após o texto, seguem-se as mesmas fórmulas previstas para as moções de confiança.

Artigo 272.º

Formulário das deliberações

As deliberações da Mesa obedecem ao seguinte formulário:

A anteceder o texto, vem a fórmula: “A Mesa da Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 2 do artigo 271.º do Regimento, a seguinte deliberação:”. Após o texto seguir-se-ão, por ordem, a menção da data de aprovação, a injunção de publicação e a assinatura do Presidente da Assembleia Nacional.

TÍTULO VII

Disposições finais

CAPÍTULO I

Disposições relativas ao Regimento

Artigo 273.º

Redacção final

A Comissão de Regimento e Mandatos procede à redacção final do texto, nos termos do artigo 169.º, quando se proceder a qualquer revisão ou alteração do Regimento.

Artigo 274.º

Interpretação e integração de lacunas

1. Compete à Mesa, com recurso para o Plenário, interpretar o presente Regimento integrar as lacunas, ouvindo a Comissão de Regimento e Mandatos sempre que o julgue necessário.
2. As decisões da Mesa sobre interpretação e integração de lacunas do Regimento, quando escritas, são publicadas no Diário.

Artigo 275.º

Alterações

1. O presente Regimento pode ser alterado pela Assembleia Nacional por iniciativa de, pelo menos, um décimo dos Deputados.
2. As propostas de alteração devem observar as regras do n.º 1 do artigo 138.º e dos artigos 143.º e seguintes.
3. Admitida qualquer proposta de alteração, o Presidente envia o seu texto à Comissão de Regimentos e Mandatos para discussão e votação.
4. As alterações ao Regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta dos Deputados presentes.
5. A resolução das alterações ao Regimento, integrando as que hajam sido aprovadas em comissão, é sujeita a votação final global, a qual deve obter o voto favorável da maioria absoluta dos Deputados presentes.
6. O Regimento, com as alterações inscritas no lugar próprio, é objecto de nova publicação.
7. O Regimento da Assembleia Nacional é publicado no Diário da República.

CAPÍTULO II

Relatório da actividade da Assembleia Nacional

Artigo 276.º
Periodicidade

No início de cada sessão legislativa é editado, sob responsabilidade da Mesa, o relatório da actividade da Assembleia Nacional na sessão legislativa anterior.

Artigo 277.º
Conteúdo

Do relatório consta, designadamente, a decisão sumária das iniciativas legislativas e de fiscalização apresentadas e respectiva tramitação, bem como a indicação dos demais actos praticados no exercício da competência da Assembleia.

CAPÍTULO III
Entrada em vigor

Artigo 278.º
Data

Este Regimento entra em vigor a partir da data da sua aprovação, em 24 de Agosto de 1993.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional – Leonel Mário D'Alva